

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUANA MARCHIORI RAMOS

**EM LIMINARIDADE:
POLÍTICA EXTERNA DA ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA
DE ROJAVA**

Porto Alegre

2024

LUANA MARCHIORI RAMOS

**EM LIMINARIDADE:
POLÍTICA EXTERNA DA ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA
DE ROJAVA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Sílvia Feraboli

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Ramos, Luana

Em Liminaridade: Política Externa da Administração
Autônoma de Rojava / Luana Ramos. -- 2024.

62 f.

Orientadora: Sílvia Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Rojava. 2. Política Externa. 3. Teoria Queer. 4.
Guerra Civil Síria. I. Ferabolli, Sílvia, orient. II.
Título.

LUANA MARCHIORI RAMOS

**EM LIMINARIDADE: POLÍTICA EXTERNA DA ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA DE
ROJAVA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sílvia Ferabolli – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Joyce Karine de Sá Souza
NOVA FACULDADE

Prof. Dra. Tatiana Vargas Maia
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha família. Meus pais, Rosane e Reynaldo, e minha irmã Júlia. Eu realmente não teria conseguido sem vocês. Obrigada pelo apoio e por me manterem focada.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Sílvia Feraboli. Obrigada pelo seu auxílio vital na formulação deste trabalho, e por acreditar tanto em mim, Sílvia. Obrigada também à Professora Tatiana, pela sua ajuda.

Por último, gostaria de agradecer aos meus amigos, um enorme conforto na minha vida: Laura, Bodhi, Bianca, Jain, e João Pedro. Um grande abraço a todos.

RESUMO

Rojava é um caso peculiar nas relações internacionais. Uma revolução socialista libertária fruto dos esforços de uma minoria oprimida no contexto da Guerra Civil Síria, ela conquistou o clamor internacional como a linha de frente contra o Estado Islâmico, e pelo enorme papel das mulheres como soldados nesse conflito. Rojava se encontra presa entre suas aspirações revolucionárias que têm inspirado a solidariedade da esquerda internacional, e o seu papel como uma força militar apoiada pelos EUA. Este trabalho se utiliza de publicações de notícias, dados publicados pela ONU, e outras obras acadêmicas para analisar Rojava tanto como um ator estatal e não-estatal, e como essas narrativas aparentemente conflitantes convergem e revelam Rojava como uma entidade que desafia classificações binárias. Ademais, ele argumenta que a posição internacional de Rojava é muito mais precária do que pode parecer, e que apesar da grande simpatia pública oferecida a ela, Rojava tem dificuldade de garantir qualquer forma de reconhecimento ou apoio mesmo quando cercada de forças hostis. Ele conclui que sua natureza liminal, assim como suas narrativas propagandísticas aparentemente contraditórias, são uma consequência de sua luta por legitimidade, tanto entre sua população como no palco mundial.

Palavras-chave: Rojava. Síria. Terrorismo. Teoria Queer. Curdos. Feminismo.

ABSTRACT

Rojava is a peculiar case in international relations. A libertarian socialist revolution born from the efforts of a persecuted minority group in the Syrian Civil War, it achieved international acclaim as the frontline fighters against the Islamic State, and for the massive role of female soldiers in that struggle. Rojava is stuck between its revolutionary aims which have inspired solidarity among the international left, and its role as a US-backed military force. This paper utilizes news publications, UN-published data, and other scholarly works to analyze Rojava as both a state and non-state actor, and how these seemingly conflicting narratives all converge to reveal Rojava as an entity that defies binary classification. Furthermore, it argues that Rojava's international position is much more precarious than it might first appear, and that despite the public outpouring of sympathy, it struggles to find any form of recognition or support while surrounded by hostile forces. It concludes that its liminal nature, as well as its use of seemingly contradictory propaganda narratives, is a consequence of its struggle for legitimacy among its own people and on the world stage.

Keywords: Rojava. Syria. Terrorism. Queer Theory. Kurds. Feminism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Administração Autônoma-Democrática
AANLS	Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
FDS	Forças Democráticas da Síria
GRC	Governo Regional do Curdistão
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer
MGRK	<i>Meclîsa Gel a Rojavayê Kurdistanê</i> (Conselho Popular do Curdistão Ocidental)
ONG	Organização Não-Governamental
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDK	<i>Partiya Demokrat a Kurdistanê</i> (Partido Democrático do Curdistão)
PKK	<i>Partiya Karkerên Kurdistanê</i> (Partido dos Trabalhadores do Curdistão)
PYD	<i>Partiya Yekîtiya Demokrat</i> (Partido da União Democrática)
RI	Relações Internacionais
UE	União Europeia
UPC	União Patriótica do Curdistão
YPG	<i>Yekîneyên Parastina Gel</i> (Unidades de Proteção do Povo)
YPJ	<i>Yekîneyên Parastina Jin</i> (Unidades de Proteção das Mulheres)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA	15
2.1	ROJAVA NO PRESENTE	15
2.2	A GUERRA CIVIL SÍRIA	20
3	A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE ROJAVA	25
3.1	CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO	25
3.2	TEORIA QUEER	31
3.3	ROJAVA COMO ENTIDADE LIMINAL	35
4	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE ROJAVA, ROJAVA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	39
4.1	OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	39
4.2	UNIÃO EUROPEIA	41
4.3	ESTADO ISLÂMICO	43
4.4	RÚSSIA	45
4.5	A “ESQUERDA INTERNACIONAL”	47
4.6	CURDISTÃO IRAQUIANO	49
4.7	TURQUIA	50
4.8	REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA	52
5	CONCLUSÃO	55
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A Guerra Civil Síria é um evento importantíssimo para a compreensão das relações internacionais durante a década de 2010. Os eventos do conflito e suas reverberações pelo mundo, sobretudo na Europa, África, e Oriente Médio, dominaram por anos o discurso político e midiático. Embora o combate militar tenha se concentrado dentro das fronteiras de um único país, a Guerra Civil veio a se tornar um conflito eminentemente internacional.

Essa internacionalidade se manifesta de diversas maneiras. As duas mais proeminentes no discurso Ocidental são na chamada “Crise dos Refugiados da Síria” e no surgimento (e posterior queda) do Estado Islâmico. Esses dois eventos trouxeram a guerra civil à proeminência nos programas de notícias, nas redes sociais, e em vários casos nas políticas estatais de diversos países. O conflito provocou a migração forçada de milhões de pessoas, obrigadas a procurar abrigo em países vizinhos, inicialmente, e países distantes após países vizinhos se mostrarem incapazes ou indispostos a acolhê-los. O fluxo migratório para os países do oeste europeu provocou uma onda de reações conservadoras e discriminatórias, comparando refugiados a uma “invasão” e os acusando de serem terroristas disfarçados, ou simplesmente criminosos em geral. Essa narrativa levou ao crescimento de múltiplos movimentos identitários de extrema-direita, que buscavam assegurar a pureza da “cultura nacional” e a “integridade territorial” do país contra essa “invasão”.

O terrorismo de fato foi outra grande extraterritorialidade da guerra. Através das redes sociais e de ataques terroristas pela Europa, África e Oriente Médio, o Estado Islâmico se manteve forte no imaginário popular. O grupo foi formado após uma cisma da Al-Qaeda no Iraque, e procedeu a ocupar grande parte dos territórios iraquiano e sírio ao longo da guerra. Imensos recursos financeiros e militares foram disponibilizados por múltiplos países no combate ao Estado Islâmico, tanto de suas células internacionais quanto de seu território estatal conquistado no Oriente Médio. Os principais combatentes ao Estado Islâmico são aqueles que viveram sob a ameaça de seu exército expansivo, e estes foram aqueles que puseram um fim a suas aspirações territoriais.

Outro aspecto da internacionalidade da Guerra Civil Síria se dá pela interferência internacional direta no conflito, pelo jogo de poderes entre diversos agentes internacionais com interesses políticos na região. Os Estados Unidos, a Rússia e a Turquia foram os principais patrocinadores, mas vários outros países também se envolveram.

A Guerra Civil Síria foi um produto da chamada Primavera Árabe. Começando ao final da década de 2000, uma grande onda de protestos anti-governamentais se alastrou pelo mundo árabe, levando à instabilidade política. As razões para os protestos eram particulares para cada país, mas um tema relativamente comum foi o autoritarismo desses países e as dificuldades econômicas após a proliferação do neoliberalismo na região. Esse foi o caso da Síria. Após um golpe militar ao final de 1970, seguindo até os dias de hoje, a República Árabe da Síria é governada por um sistema que já foi descrito como uma “monarquia presidencial” (KNAPP et al, 2016). Hafez Al-Assad governou como presidente vitalício até sua morte em 2000, quando então o governo passou para seu filho, o atual presidente Bashar Al-Assad. Inicialmente, havia esperança de que o novo presidente trouxesse consigo a liberalização do país. Isso ocorreu em parte; economicamente, Assad adotou uma política liberal, privatizando indústrias e serviços estatais e cortando gastos, sobretudo com a antes robusta rede de bem-estar social sírio. Porém não houve qualquer tipo de abertura política. No final, ambas as decisões provocaram a crescente indignação que culminou em uma onda de protestos em 2011, e em insurreição armada em 2012. Os dois lados desse conflito foram desenhados; Assad e o governo de Damasco, apoiado pela Rússia, de um lado, e a coleção eclética de milícias rebeldes sírias, apoiadas pela Turquia, de outro.

O objeto de pesquisa deste trabalho, porém, é um caso à parte desse processo. A Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria, coloquialmente conhecida como Rojava (do curdo, “Oeste”), é uma região autônoma localizada, como o nome sugere, no norte e leste da Síria. Ela é uma terceira via, não alinhada com os rebeldes ou o regime. Movida por ideias socialistas, seculares e libertários, ela é o fruto de anos de organização e agitação política dos curdos, uma minoria étnica sem Estado, vítima de perseguição histórica nos quatro países onde suas áreas de habitação estão divididas.

Mas Rojava não é um Estado, ou ao menos não se considera como tal. A região autônoma é governada por uma mistura de representantes eleitos e conselhos populares de participação direta da população. Seu funcionamento difere propositalmente da estrutura do Estado-nacional dominante no sistema internacional moderno. Seu objetivo não é o separatismo mas a autonomia, isto é, o autogoverno dentro da soberania nacional da Síria.

Aqueles que conhecem Rojava pela maneira que é representada na mídia internacional, a conhecem pelo seu grande papel no combate ao Estado Islâmico. Mais especificamente, ao grande papel das mulheres da Administração na liderança e no combate à organização jihadista. Rojava adota uma política radicalmente feminista, e um de seus maiores objetivos políticos é assegurar a igualdade de gênero e a autodeterminação das mulheres contra as estruturas tradicionais altamente patriarcais enraizadas no território sob seu controle. Mulheres compõem um grande número de seus oficiais eleitos, forças militares e policiais. Sua antítese ao arqui-patriarcalismo do Estado islâmico trouxe a elas o clamor internacional.

“Rojava” é o nome curdo para o chamado Curdistão Ocidental (ou Curdistão Sírio), as três regiões geopoliticamente separadas de habitação curda na Síria. Conforme o governo revolucionário foi se expandindo territorialmente para fora dessas regiões, as aspirações multiétnicas do movimento levou a adoção de um título neutro, que pudesse representar todas as etnias dentro de seu território - curdos, árabes, siríacos, turcomanos, etc. O nome da região autônoma oficialmente já não inclui Rojava.

A posição internacional da Administração é extremamente particular. Presa entre o regime sírio ao sul, uma região autônoma curda hostil ao leste, e uma Turquia ainda mais hostil ao norte, Rojava ainda assim recebe o apoio de ambos os Estados Unidos e a Rússia. Somando a essa idiossincrasia, Rojava se exhibe como uma revolução socialista, anticolonial e anti-imperialista, características que tornam enigmático o apoio de dois dos maiores impérios do mundo.

Mais além, a existência liminal de Rojava entre Estado e não-Estado, torna sua definição e inserção no cenário internacional difícil. O propósito deste trabalho é apresentar e analisar a maneira que Rojava utiliza de construções narrativas e

figurações para se inserir na comunidade internacional e atingir os objetivos de sua comunidade política. Como através do discurso e da performatividade Rojava pode ser ao mesmo tempo um Estado e uma entidade não-estatal, uma alternativa revolucionária e o maior aliado dos EUA na Guerra ao Terror. Para tal, será necessária uma abordagem diferenciada. Teorias tradicionais das Relações Internacionais têm a tendência de enxergar objetos de pesquisa pela lente da binaridade - ser ou não ser. Até mesmo teorias tradicionais construídas para lidar com a atuação de entidades não-estatais, como os liberais e os marxistas, pecam justamente na transitoriedade entre um e outro. É impossível, nessas teorias, analisar Rojava de uma maneira que não acuse-a de estar mentindo sobre sua verdadeira natureza, ofuscando sua identidade ou como um Estado, ou como entidade não-Estatal. Diferente disso, este trabalho argumentará que a natureza de Rojava é justamente essa incerteza.

Para esse fim, serão utilizadas publicações de notícias, dados publicados pela ONU, e obras acadêmicas como base para analisar a política externa de Rojava, tanto como um Estado e como uma entidade não-Estatal. Essas informações serão estudadas pelo viés da Teoria Queer, uma teoria heterodoxa criada especificamente para estudar aquilo que existe fora das dicotomias dominantes. Utilizando da obra de Cynthia Weber, entenderemos como os diversos discursos interagem na política externa e interna da Administração.

Há uma carência de pesquisa feita sobre essa região do mundo, algo que deve ser corrigido. Rojava é uma figura única no cenário internacional, reivindicando uma teoria política sem equivalentes no resto do mundo, e sujeita a múltiplas narrativas externas. Ignorá-la é ignorar os novos paradigmas das Relações Internacionais no século XXI.

Após sua atuação vital na derrota do Estado Islâmico, Rojava caiu na relativa obscuridade internacional. A década de 2020 trouxe consigo novos paradigmas geopolíticos, e novos conflitos. Mas a Guerra Civil Síria continua em andamento, e Rojava enfrenta novos desafios. A Turquia se mostra como uma ameaça existencial ainda maior que o Estado Islâmico, vendo Rojava como uma fonte de instabilidade em sua missão de reprimir seu próprio movimento curdo. Os EUA, cujo apoio foi vital para as vitórias militares de Rojava, lentamente vai abandonando a Administração. Enquanto

isso, a mais de uma década de guerra levou à devastação da infraestrutura local. Por fim, tensões internas começam a se formar entre o governo revolucionário e as estruturas de poder tribal e tradicional que ele tenta suplantar.

2 A ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA

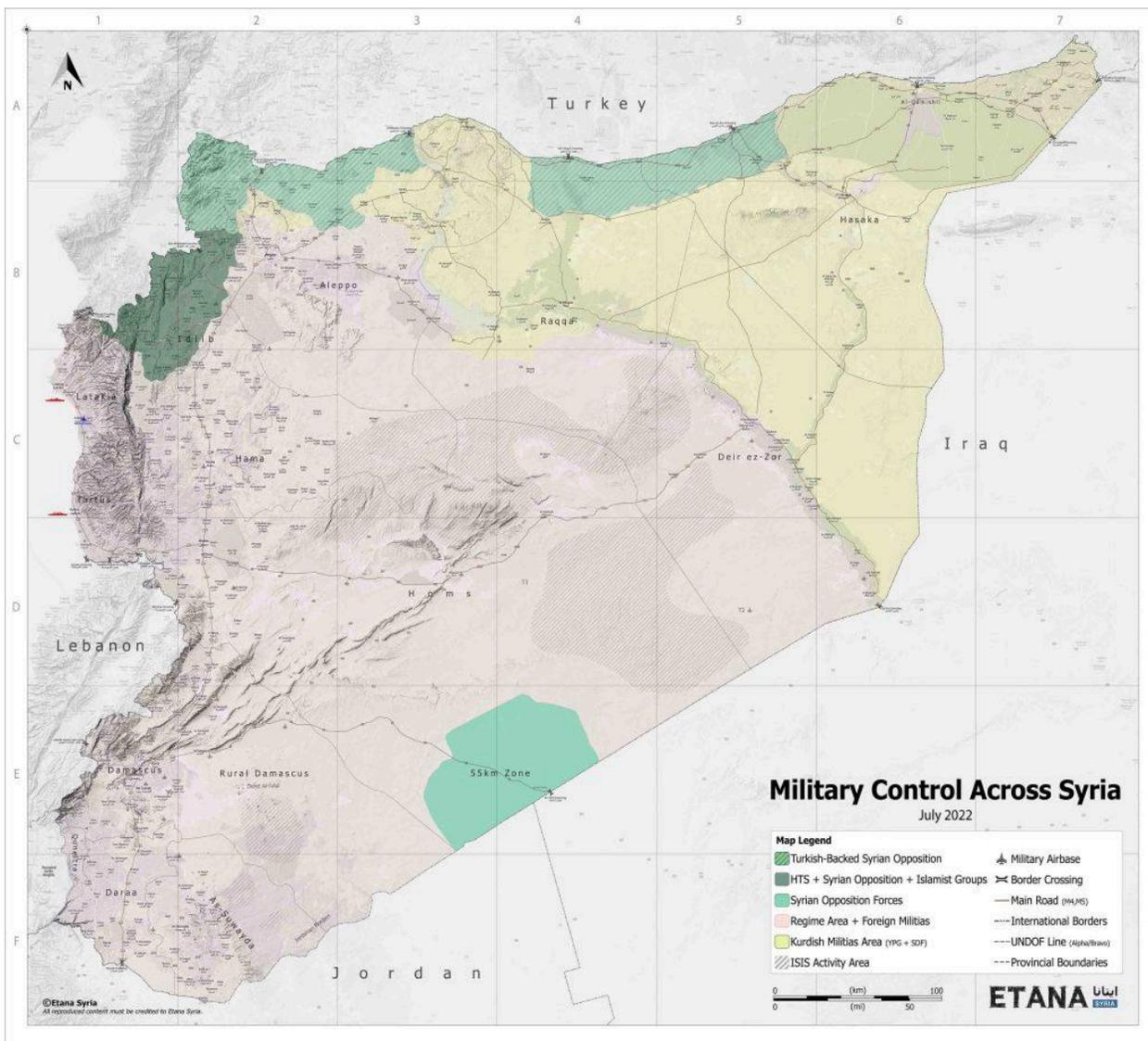
É impossível compreender a condição atual da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (AANLS), que até setembro de 2018 foi chamada de Federação Democrática da Síria do Norte, que até dezembro de 2016 foi chamada de Federação Democrática de Rojava - Síria do Norte, etc., sem entender o estado de fluxo em que ela se encontra. Rojava é um governo novo, tanto no sentido de ter sido estabelecido recentemente, em 2012, quanto em ser uma forma nova de governar. Assim, precisamos apresentar alguns pontos-chaves concretos para o entendimento dessa região tão particular do Oriente Médio, e para sua inserção no cenário geopolítico local e global.

2.1 ROJAVA NO PRESENTE

Como o nome sugere, a AANLS controla uma faixa de território ao norte e leste da Síria, indo das fronteiras com a Turquia e o Iraque até as margens do rio Eufrates, que serve como fronteira natural entre o território 'curdo' e o governo nacional sírio. Fabrice Balanche, em *Sectarianism In Syria's Civil War*¹ (2018), estima que a região controlada pela AANLS seja em torno de 25% do território Sírio, aproximadamente 46.000km². Desde então, com a tomada e ocupação de grandes áreas do território de Rojava pela Turquia, e a tomada e ocupação de grandes áreas do território do Estado Islâmico por Rojava, esse número pode ter sido alterado significativamente - porém não existem fontes oficiais para constatar o tamanho atual da região. A Organização Mundial da Saúde estima que a população de Rojava esteja em torno de 2,6 milhões de pessoas no ano de 2022 (FORMAN et al., 2022).

¹ "Sectarismo na Guerra Civil Síria" (BALANCHE, 2018, tradução nossa)

Ilustração 1 - Território da AANLS em 2022 (em amarelo)



Fonte: Etana Syria

A nova administração estabeleceu seu governo civil em 2012, liderada pelo Partido da União Democrática (PYD), e dividiu o território conquistado em três cantões: Jazira, Kobani, e Afrin. Estes territórios correspondem às regiões de maioria curda na Síria. Embora inicialmente estivessem territorialmente separados por áreas controladas por outras facções da guerra civil, e pela fronteira entre a Síria e a Turquia, os três fazem parte de uma área contínua de habitação curda que se estende por grande parte do Levante asiático, conhecida coloquialmente como Curdistão. Rojava é atualmente

dividida em sete regiões administrativas: Jazira, Eufrates, Afrin, Raqqa, Tabqa, Manbij, e Deir ez-Zor. As três primeiras correspondem aos três cantões originais (com Kobani tendo sido renomeado Eufrates em 2017), e as novas regiões correspondendo a ganhos territoriais conquistados ao longo da guerra civil, principalmente contra o Estado Islâmico (EI).

As Forças Democráticas da Síria (FDS) são compostas por diversas milícias, unidas no interesse da defesa e/ou propagação da AANLS, ou contra inimigos em comum. Todas respondem oficialmente ao governo civil. Várias dessas milícias são grupos rebeldes sírios que ao longo da guerra civil se juntaram a Rojava, ou milícias tribais árabes buscando repelir o Estado Islâmico de suas terras, agora sob o controle da AANLS. Mas as suas forças mais expressivas em termos de equipamento e número de soldados, e que recebem a maior atenção internacional, são as Unidades de Proteção do Povo (YPG) e Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ). As YPG e as YPJ são ideologicamente comprometidas com o projeto do confederalismo democrático, formados principalmente por curdos (mas tendo em serviço também árabes, minorias étnicas, e voluntários estrangeiros), e são o mais próximo que Rojava possui de um exército nacional. Isso é devido ao seu nível de organização e territorialidade. Enquanto os rebeldes sírios e tribais árabes operam em pequenas áreas dentro e ao redor de Rojava, as YPG-J operam em todo o território da administração, e lideram as operações militares das FDS. Algo particularmente notável sobre as YPJ, Unidade de Proteção das Mulheres, é que são compostas exclusivamente por mulheres, em toda a hierarquia militar da organização. Elas são parte do projeto feminista centrado por Rojava, que visa ter mulheres em posições de poder e autoridade em todos os níveis de sua administração, inclusive militar. Além disso, participação na YPJ representa um rompimento com a normas e expectativas de gênero patriarcais para milhares de mulheres sírias, uma ferramenta para a conquista de uma posição de respeito em suas sociedades, e uma maneira de combater diretamente o patriarcalismo extremo de organizações fundamentalistas como o Estado Islâmico (ALLSOP, WILGENBURG, 2019). O papel das mulheres na revolução de Rojava e em suas relações internacionais é vital para o entendimento da região.

Como já mencionado, desde 2018 partes de Rojava foram ocupadas pelas forças armadas da Turquia após uma série de invasões - oficialmente denominadas 'intervenções' - turcas em território sírio. As duas mais relevantes foram as operações *Olive Branch* (2018) e *Peace Spring* (2019). A primeira e mais bem sucedida, *Olive Branch* concluiu com a derrota militar das FDS pelo exército turco e a tomada de toda a região de Afrin, um dos cantões originais de Rojava. A atual região administrativa de Afrin é um governo em exílio operando de uma pequena faixa de território separando Afrin ocupada da cidade de Aleppo, a segunda mais populosa da Síria (atrás de Damasco) e sob o controle do governo nacional. Pelo interesse mútuo do governo de Assad e de Rojava na contenção e expulsão das tropas turcas do território sírio, o que restou da região de Afrin conta com a colaboração administrativa e militar entre a Síria e a AANLS. No território ocupado, ocorrem ações insurgentes das FDS, porém a ocupação permanece estável (PUTTICK et al, 2020).

A mais recente operação turca, *Peace Spring*, teve o objetivo explícito de criar um *cordon sanitaire* entre a Turquia e os 'terroristas' curdos das FDS. Após dias de combate, a Turquia conseguiu conquistar uma faixa significativa de território, entre as regiões de Jazira e Eufrates, mas que ainda assim não foi capaz de expulsar completamente a AANLS da fronteira sírio-turca. Após a intervenção diplomática da Rússia, hostilidades cessaram e as fronteiras com a Turquia - e com o novo território ocupado - começaram a ser patrulhadas por forças conjuntas das FDS e do governo sírio. Embora a Turquia tenha causado grande prejuízo territorial à Rojava, as operações turcas também levaram a uma maior aproximação e cooperação entre Síria e Rojava (O'CONNOR, 2019). O que isso significa para o futuro da diplomacia da administração autônoma será discutido mais à frente.

Apesar da mídia internacional frequentemente se referir à região de Rojava como um projeto curdo, e de fato a revolução foi iniciada por revolucionários curdos com laços com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) da Turquia, no momento atual os curdos são uma minoria dentro do território de Rojava. A expansão da AANLS para além das áreas de maioria curda dos três cantões originais levou a um aumento desproporcionalmente alto da população árabe, que agora é o principal grupo étnico em

Rojava. O projeto da Administração Autônoma é multiétnico, com todos os grupos étnicos em seu território sendo representados em posições no governo.

Mas apesar do comprometimento de Rojava com a igualdade racial e de gênero, reconhecido internacionalmente, o suposto pluralismo político da região é frequentemente questionado por observadores independentes como a Human Rights Watch e o Syrian Observatory for Human Rights. Foram documentadas prisões em massa e desaparecimentos de oponentes políticos do PYD durante o período de revolução, a maioria deles membros de outras organizações curdas. Em 2013, forças das YPG abriram fogo em uma multidão protestando as prisões de ativistas curdos opostos ao PYD, resultando em sete mortes no que ficou conhecido como o Massacre Amuda. No dia seguinte, autoridades de Rojava invadiram escritórios de partidos políticos da oposição, incluindo o do Conselho Nacional Curdo, aos quais os protestantes estariam conectados (GALVAN-ALVAREZ, 2020). Publicações de ONGs associadas ao Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários relatam a prática de prisões arbitrárias e desaparecimentos pelas FDS ocorrendo até hoje (SYRIAN NETWORK FOR HUMAN RIGHTS, 2023).

A questão da qualidade de vida da população é vital para o sucesso de qualquer revolução. Um governo novo, quer ele se considere um Estado ou não, tem uma legitimidade frágil, que não pode contar com a inércia da tradição ou a estabilidade política. Movimentos revolucionários precisam assim oferecer melhorias materiais notáveis para a sua população para manter-se no poder, ou ao menos manter uma narrativa dominante de que estão fazendo isso. Antes da revolução, a região norte da Síria era a mais pobre e marginalizada do país, os curdos uma minoria perseguida e sujeita a projetos de limpeza étnica e “arabização”, considerados em muitas vezes estrangeiros em suas próprias terras; uma visão não totalmente errônea visto que muito da população curda era nômade durante o reino do Império Otomano, e foram forçadas a se sedentarizar após o tratado de Sykes-Picot ter cortados suas terras de habitação e migração entre múltiplas fronteiras (KNAPP et al, 2016). Após a revolução, Rojava se encontrava dividida em três cantões geograficamente desconectados, sob embargo em ambas as suas fronteiras internacionais (com o Iraque e a Turquia), e em meio a uma guerra civil que perdura, em menor intensidade, até hoje. Atualmente, o projeto

socialista de Rojava só pôde ser implantado em pequena escala, com a economia da administração autônoma ainda dependente da exportação de petróleo, algodão, e outros produtos primários (BALANCHE, 2018) Em questão de acesso a serviços de saúde, infraestrutura, e a bens de consumo, Rojava ainda se encontra precarizada, tendo sofrido uma grave crise de saúde durante a pandemia de COVID-19 e com grande parte da população sem acesso a saneamento básico. Apesar disso, refugiados de outras partes da Síria mostram alta tendência a querer permanecer em Rojava, comparado a voltar para suas comunidades de origem (REACH INITIATIVE, 2022). Ainda não se pode dizer com certeza qual será o resultado da implantação da nova política econômica da AANLS, baseada em em empresas cooperativas, pois esta ainda está nos seus primórdios.

Talvez o que mais diferencie Rojava de outros projetos revolucionários de esquerda seja o aspecto anarquista. Certamente, nas primeiras décadas do século XX houveram tentativas, mas o exemplo mais conhecido, dos revolucionários da Guerra Civil Espanhola, ainda os conectava à reivindicação de um Estado, a República Espanhola. Rojava não é um movimento separatista, apesar da incongruência clara e inegável entre os modelos de governo da AANLS e da República Árabe da Síria. O que ela busca é a autonomia, o auto-governo do norte e leste da Síria. O Confederalismo Democrático é um projeto anti-Estado, anti-capitalista, anti-patriarcal, mas que acredita ser possível a coexistência pacífica entre um Estado e uma Administração Autônoma.

2.2 A GUERRA CIVIL SÍRIA

O Partido da União Democrática, que viria a se tornar o principal partido político de Rojava, organizou a tomada do poder pelas YPG no início da guerra civil, em 2012. Esse é considerado o ano de fundação de Rojava. Em preparação para o conflito com grupos rebeldes que começavam a sua insurreição, Bashar Al-Assad ordenou a retirada das tropas e o evacuamento das estruturas governamentais nas regiões curdas da Síria, em essência as abandonando com a finalidade de concentrar suas forças em áreas de mais prioridade e estrategicamente vantajosas. Por decorrência disso, a revolução de Rojava, propriamente dita, foi um processo surpreendentemente rápido e

pacífico. O governo da Síria havia deixado um vácuo que simplesmente foi preenchido pelo único grupo organizado o suficiente para exercer a função de governo e defender a sua posição (KNAPP et al., 2016). Inclusive, o processo foi tão eficiente que especula-se que o PYD tenha previamente negociado com o governo sírio para assumir essas posições após sua retirada (GALVAN-ALVAREZ, 2020).

Como escreve Sunca (2021), os Estados-nação árabes criados no século XX estão “fadados ao fracasso”. Eles foram criados arbitrariamente, com óbvio descaso por parte dos grandes poderes internacionais, suas fronteiras desenhadas pelos interesses imperiais da França e do Reino Unido. Povos como os curdos se viam sob governos hostis, com suas terras cortadas por fronteiras artificiais impostas a eles, uma nação sem Estado. Esses novos governos, por suas perspectivas, foram forçados a lidar com uma quimera de pedaços de nações diferentes, tendo de usar qualquer meio a sua disposição para manter o mínimo de coesão nacional e funcionalidade. Certamente, o projeto de “arabização” carregado pela Síria não é nada menos que limpeza étnica, mas acima de tudo é uma tentativa de dar sobrevida a um Estado que não deveria existir. O próprio Öcalan (2011) corrobora essa visão, duvidando da capacidade dos Estados Árabes estabelecerem qualquer tipo de paz ou cooperação econômica interna ou entre si, apontando como culpados o nacionalismo tribal e religioso. A crítica de Öcalan acaba por chegar às mesmas conclusões que Sunca por motivos opostos; para Öcalan a pluralidade étnica não é um problema, mas sim a incapacidade dos Estados árabes de aceitá-la. Ao tentar planificar a diversidade de seus povos, os Estados árabes acabam por inflamar ainda mais as tensões internas.

A teoria política liberal clássica fala no consentimento do cidadão em ser governado como a fonte de legitimidade para um Estado. Longe de implicar que para um Estado-nação ser bem sucedido ele deva ser constituído por apenas uma etnia, o fato é que os povos díspares cercados dentro do território denominado “Síria” nunca consentiram em se tornar um único Estado. Isso foi imposto a eles como decorrência de poderes estrangeiros, e colocados sob um governo que abertamente priorizava uma dessas etnias (os árabes) acima das outras. Não havendo a legitimidade liberal advinda do consentimento, sobra apenas a legitimidade advinda da coerção. É esperado, talvez até natural, que movimentos de resistência surjam em tais contextos.

Para que ocorra uma revolução, é necessário que a resistência ao poder hegemônico exista muito antes do momento revolucionário. Uma história de resistência precisa criar as bases para uma revolução bem sucedida (Sunca, 2021). O movimento curdo na Síria começa nos anos 1960, meros anos após o início do mesmo movimento na Turquia que viria a ser liderado pelo PKK, organização a qual o PYD é intimamente conectado, tanto ideologicamente quanto organizacionalmente. Porém nem sempre foi assim; por questões políticas, o PKK por décadas se absteve de dar qualquer suporte à resistência curda na Síria, mesmo após o governo de Hafez Al-Assad (pai de Bashar Al-Assad) iniciar seu projeto de arabização. Isso ocorreu devido à aliança de conveniência entre o PKK e a Síria contra seu inimigo em comum, a Turquia. Após a Turquia declarar o PKK uma organização terrorista e começar a persegui-lo abertamente, a liderança do partido foi acolhida em Damasco, onde pôde continuar suas operações anti-turcas sob a proteção do governo sírio, dada a condição de que evitaria de apoiar qualquer movimento curdo dentro do país adotivo. Devido a isso, quando comparado ao Iraque, à Turquia, ou ao Irã, o movimento de resistência curdo na Síria foi particularmente fraco; apenas nos anos 1990 que a resistência curda começaria a criar alguma influência notável na Síria. Seu momento revolucionário ocorreria relativamente rápido, porém, com a implosão da Síria em 2012 sendo uma oportunidade que ainda não ocorreu para seus compatriotas na Turquia e Irã (no Iraque a região do Curdistão Iraquiano acabou alcançando sua autonomia em 1992, e teve ela reconhecida pelo governo graças à invasão do Iraque pelos EUA em 2002 e a subsequente reestruturação do país).

Após preencher o vácuo deixado por Damasco, a nascente Rojava se encontrou dividida geograficamente e cercada de inimigos, o principal deles sendo o Daesh, mais conhecido como o Estado Islâmico (EI). Outros grupos rebeldes, tanto religiosos como seculares, pegaram em armas no início do conflito, e de fato no primeiro ano de guerra, os rebeldes seculares - muitos deles filiados à coalizão de milícias rebeldes conhecida como o Free Syrian Army - tiveram destaque. Mas já em 2013, o EI começou a conquistar mais e mais território. Em agosto de 2013, as tropas da organização terrorista invadiram o território sírio a partir do Iraque, chegando a ocupar a cidade de Raqqa, que veio a se tornar a *de facto* capital do EI. Em 2014, o EI lançou uma

campanha de larga escala contra o cantão de Kobani, ocupando centenas de vilarejos e o cercando em todos os lados. As FDS em Kobani resistiram com dificuldade, com a expectativa de observadores internacionais de que elas perderiam o conflito (KNAPP et al., 2016). Kobani (atual Eufrates) faz fronteira ao norte com a Turquia, que sendo inimiga do movimento curdo, bloqueou o acesso por terra de qualquer ajuda humanitária à Rojava. Knapp et al (2016) afirmam ainda que a Turquia estava dando apoio ao EI, permitindo que recrutas cruzassem a fronteira turca para se juntarem à organização. A situação de Kobani começou a melhorar quando, ao final de 2014, uma coalizão internacional liderada pelos EUA se aliou às YPG, oferecendo o suporte aéreo e terrestre que foi vital para a virada no conflito. Esse apoio internacional levou a AANLS a não somente recuperar o território ocupado pelo EI, mas também a expandir seu território significativamente, conquistando-o do EI.

A responsabilidade pela derrota do EI não pode ser colocada somente sobre as FDS e seus aliados americanos. O Estado Islâmico atraiu a fúria de todas as outras facções do conflito e de seus respectivos bem-feitores internacionais. Por anos, os esforços combinados do governo de Damasco, dos rebeldes seculares, de rebeldes islamistas rivais, e das FDS, levaram o EI a ruir sob a pressão. Em 2017, quatro anos após a entrada da organização na guerra civil, forças das FDS capturaram a capital do EI, Raqqa. Em 2019, o Estado Islâmico havia perdido completamente o seu território, forçado a agir novamente como uma organização clandestina. No momento da escrita deste artigo, Raqqa é a cidade mais populosa da AANLS.

As já mencionadas operações turcas Olive Branch e Peace Spring ocorreram nos anos seguintes à queda de Raqqa, trazendo as principais derrotas que as FDS sofreram até o momento. Após o cessar fogo ao final de Peace Spring, o território de Rojava não se alterou significativamente desde então. Começando em 2023, milícias tribais árabes na região de Deir ez-Zor, até então partes das FDS ergueram-se em rebelião armada contra o controle da AANLS em resposta à prisão do líder militar árabe local Abu Khawla e incentivados pela crença de que a AANLS estaria favorecendo curdos sobre árabes em seu governo (LISTER, 2023). Mesmo com as ações de guerrilha anti-FDS, Rojava ainda mantém controle da região, embora as condições de vida para a população local tenham se tornado difíceis.

Embora a guerra civil tenha perdido intensidade, Rojava se encontra em uma posição precária. A administração ainda é economicamente dependente no exterior para quase todos os bens manufaturados, incluindo produtos essenciais como vacinas e medicação. Essa dependência foi orquestrada por décadas de políticas anti-curdas pela República Árabe da Síria, e é algo com o qual a AANLS precisará lidar se quiser algum dia atingir o seu objetivo de autossuficiência (BALANCHE, 2018). Internamente, a derrota do inimigo comum na forma do EI começa a levar lideranças tribais de regiões conquistadas a questionar e se opor ao controle da AANLS. Militarmente, Rojava depende muito do apoio dos EUA e sua coalizão internacional anti-Estado Islâmico, a operação Inherent Resolve. Enquanto Rojava se mantém nas boas graças dos EUA, sua capacidade de defender seu território contra uma possível invasão em larga escala síria ou turca é infinitamente maior, especialmente considerando que os EUA lidera a OTAN, da qual a Turquia é membro. Mas Rojava é um projeto anarquista, anti-imperialista - com que razão pode se manter aliada ao maior império do planeta? Ao mesmo tempo, suas opções locais são extremamente limitadas, com a administração curda no Iraque ao leste e o governo de Damasco ao sul sendo as únicas possibilidades frente à hostilidade turca. Rojava perseverou por anos de combate intenso, mas a estabilização apresenta desafios de igual magnitude.

3 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE ROJAVA

3.1 CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO

A origem do Confederalismo Democrático está nos escritos do revolucionário curdo-armênio-turco Abdullah Öcalan, fundador e líder do já mencionado PKK. Originalmente um seguidor do Marxismo-Leninismo, a queda do bloco socialista no início dos anos 1990 o levou a repensar seus princípios e a uma reestruturação do partido. Ele foi aprisionado por autoridades turcas em 1999 e continua em cárcere até hoje. Muitos dos princípios do Confederalismo Democrático foram formulados durante esse período.

O princípio central do Confederalismo Democrático é a democracia direta. Acima de tudo, essa filosofia centra a ideia de “democracia sem um Estado” (ÖCALAN, 2011), ou seja, a aplicação de uma administração democrática sem o poder coercitivo de um Estado. Essa afirmação pode imediatamente trazer a imagem das forças armadas de Rojava, as FDS e sobretudo as YPG-J, e seu inegável poder coercitivo, mas Öcalan diferencia os exércitos nacionais do princípio de autodefesa das comunidades no confederalismo democrático. Dois pontos principais caracterizam esse conceito de autodefesa: primeiramente, o povo deve se envolver nas questões de autodefesa diretamente, como deve se envolver no processo democrático como um todo. Isso significa que as forças armadas da administração autônoma tecnicamente não possuem o monopólio legítimo da violência. Além disso, a autodefesa vai para além do militarismo e da violência, e envolve o desenvolvimento da consciência política e social da população, de modo que ela possa assegurar a democracia contra subversão e autoritarismo. O segundo ponto é que as forças armadas no confederalismo democrático, diferentemente de uma democracia liberal, estão também sujeitas aos processos democráticos que regem a administração autônoma (ÖCALAN 2011). Essa diferença é acima de tudo ideológica; uma democracia liberal também considera suas forças armadas sujeitas a sua administração democrática. Mas para Öcalan seria ao contrário, uma democracia liberal é eminentemente militarizada, sujeita aos desejos de

suas forças armadas, e inevitavelmente abandona a democracia pela força em situações de crise.

The civil leadership of the state is only an accessory of the military apparatus. Liberal democracies even outdo this by painting their militaristic structures in democratic and liberal colours. However, this does not keep them from seeking authoritarian solutions at the high-point of a crisis caused by the system itself. Fascist exercise of power is the nature of the nation-state. Fascism is the purest form of the nation-state.² (ÖCALAN, 2011, p. 28)

Em prática, a AANLS aplica a democracia direta por meio do que chama “democracia de conselho”. Desde antes da revolução, ativistas curdos vinham estabelecendo conselhos locais em vizinhanças e vilarejos de alta presença curda, fóruns onde a população pôde participar e guiar a administração de suas comunidades conforme a capacidade administrativa do Estado sírio ia se deteriorando cada vez mais (KNAPP et al, 2016). Essa estrutura alude, talvez intencionalmente, aos soviets que precederam a Revolução Russa: organizações políticas locais de trabalhadores que foram crescendo em importância na deterioração do governo central. A diferença principal é que após a revolução esses conselhos não se tornaram monopolizados por um único partido. Embora o PYD tenha sido o maior organizador e impulsionador deste projeto de mobilização política, várias outras entidades trabalharam no estabelecimento dos conselhos.

Dois outros axiomas do confederalismo democrático são a descentralização e a participação voluntária. Em 2011, antes da revolução, foi criado o Conselho Popular do Curdistão Ocidental (MGRK), o órgão superior do sistema de conselhos. Após a revolução, com a necessidade de administrar completamente o território, foram implantadas maiores subdivisões entre os níveis dos conselhos no sistema MGRK. O nível mais baixo é chamado de Comuna, e compreende uma área geralmente em torno de 50 casas, mas podendo chegar até 500 em certas regiões. Diretamente acima há o nível da Vizinhança (em áreas urbanas) e Vilarejo (em áreas rurais). Estes correspondem, respectivamente, a um bairro em uma cidade ou a um conjunto de vilas

² “A liderança civil do Estado é apenas um acessório do aparato militar. Democracias liberais até se superam ao pintarem suas estruturas militares com cores democráticas e liberais. Porém, isso não as impede de buscar soluções autoritárias nos pontos altos de uma crise causada pelo próprio sistema. Exercício fascista de poder é a natureza do Estado-nação. Fascismo é a forma mais pura do Estado-nação.” (ÖCALAN, 2011, p. 28, tradução nossa)

próximas, geralmente entre 3 e 10. Nestes dois primeiros níveis já existem posições eleitas, porém toda a população do território a qual atende é bem vinda a comparecer e participar do processo decisório. Nesses níveis não há a participação de partidos. Acima destes é o nível do Distrito, que compreende os assuntos de uma cidade inteira e dos vilarejos ao seu redor. A partir desse nível, as reuniões dos conselhos não são mais abertas à participação de qualquer cidadão. Os conselhos distritais são compostos por membros eleitos (e organizados em partidos) e os delegados eleitos por conselhos de vizinhança e vilarejo no território do distrito. Os delegados não são representantes, e por isso não decidem por conta própria suas posições, sendo instruídos pelo consenso de de seus respectivos conselhos; dessa maneira, ainda existe um nível de democracia direta mesmo em reuniões a portas fechadas. O nível mais alto dos conselhos é o próprio MGRK, que representa toda a federação. Como o anterior, o MGRK é composto de membros eleitos e delegados escolhidos pelos conselhos inferiores, nesse caso os distritais. Antes da criação da Administração Autônoma-Democrática, os conselhos populares do MGRK eram responsáveis direta ou indiretamente por toda a administração civil de Rojava, mas desde então as suas atribuições se tornaram mais limitadas (KNAPP et al., 2016).

Na introdução ao livro *Revolution in Rojava*³ (2016), autores Knapp, Flach e Ayboga questionam a praticidade a longo prazo dessa forma de governo. O uso de delegados, e por consequência a necessidade de deliberação direta de cada conselho local pela população para a tomada de qualquer decisão em qualquer nível da administração civil tende a necessitar que os participantes dediquem grande parte de seu tempo hábil às tarefas políticas ao invés do trabalho remunerado. Tendo em vista isso, pode-se acarretar uma redução do nível de participação da população trabalhadora no processo decisório do governo, e da criação de uma classe política independentemente rica, que é capaz de se dar ao luxo de participar na ‘democracia’ - exatamente o oposto do que a AANLS busca atingir com seu sistema. Os autores, porém, têm fé que essa questão será resolvida pela AANLS de alguma forma no futuro.

Embora o sistema de conselhos tenha evitado o desvio ao unipartidarismo como acabou ocorrendo na Rússia revolucionária, na prática os princípios de democracia

³ “Revolução em Rojava” (KNAPP et al, 2016, tradução nossa)

direta acabaram por ser subvertidos. Em 2014, após grande deliberação entre os ativistas da MGRK e partidos de oposição representando grupos étnicos não-curdos, foi criada a Administração Autônoma-Democrática (AAD), uma estrutura mais tradicional de governança. A AAD possui presidente(s), um parlamento, um conselho executivo, ministérios, e um judiciário. Supostamente essas posições devem ser democraticamente eleitas, da mesma maneira que em uma democracia liberal tradicional. Mas, desde a sua formação, essas eleições ainda não ocorreram, tendo sido adiadas oficialmente devido ao estado de guerra civil. A AAD foi criada com o intuito de dar a Rojava maior legitimidade internacional, e facilitar suas relações com outros países, assim como para promover uma maior coesão territorial visto que grande parte da população não-curda não aderiu ao sistema de conselhos (KNAPP et al., 2016). A AAD assumiu o governo no nível regional e federal, porém municípios continuam sob o controle dos conselhos em áreas onde estes foram implementados. Blanche (2018) afirma que o modelo se aproxima mais do “centralismo democrático” da União Soviética do que qualquer exercício descentralizado de poder. De fato, a AANLS é um projeto em grande parte organizado pelo PYD, especialmente no que diz respeito ao lado militar (com as YPG tendo começado como o braço armado do partido e ainda sendo leal a ele), e é inegável que o partido suprimiu a sua oposição, particularmente nos primeiros dias da revolução. Porém, mesmo no regime de exceção em que Rojava se encontra, o seu governo tanto nos conselhos quanto na AAD consistem em uma grande pluralidade de partidos. O PYD mostra tendências centralizadoras, porém elas não chegam ao ponto de uma rejeição a compartilhar poder, especialmente quando a AAD foi formada por meses de negociação entre diversos partidos, muitos deles não-curdos. Na pior das hipóteses, o PYD não se vê capaz de governar sozinho por enquanto.

Em territórios de maioria árabe, onde não houve uma história de ativismo político para a criação desses conselhos, ou movimentos comunalistas em geral, prevalecem sistemas pré-revolucionários de governo, com grande autonomia dada às tribos árabes. Isso não se dá por respeito à governança tradicional árabe, mas é uma política pragmática que visa manter o mínimo de estabilidade em tempos de conflito, em que

nem mesmo o núcleo curdo do modo de governança revolucionário da AANLS está firmemente estabelecido (KNAPP et al., 2016).

O feminismo é central para o confederalismo democrático. Öcalan remete ao período pré-estatal, pré-histórico da humanidade, conhecido na teoria marxista como “comunismo primitivo”, em que a organização humana era matriarcal ou marcada pela igualdade de gênero. A economia de subsistência tribal era controlada pelas mulheres (ÖCALAN, 2013). O homem caçador, utilizando-se da força, e em conjunto com o homem ancião e o proto-clero (o xamã), conspiram para tomar essa posição da mulher, no que Öcalan descreve como “O primeiro uso da inteligência analítica para fins malignos” (ÖCALAN 2013, p. 19). Assim surge a forma mais primitiva de civilização, o Estado-Templo, e dela todas as outras formas de opressão (ÖCALAN 2013). Para Öcalan, e subsequentemente para seus seguidores no PYD, o patriarcalismo representa a mais antiga forma de hierarquia, o pecado original da humanidade. “The decline of society, in this analysis, began with the fall of woman” (KNAPP 2016, p. 40). O domínio patriarcal é construído a partir da hierarquia e da coerção pela força, e por isso uma sociedade que busca a paz, a liberdade, e o uso produtivo do trabalho humano, deve ter como prioridade a sua abolição.

Embora o texto até esse ponto tenha levantado dúvidas sobre o real comprometimento da AANLS com o seu projeto socialista e humanista, é impossível duvidar de seu comprometimento com o feminismo. Uma das funções centrais do Conselho Popular do Curdistão Ocidental (MGRK) desde sua criação foi promover e assegurar os direitos das mulheres, e inseri-las nos processos políticos decisórios da sociedade. No mínimo 40% das cadeiras em conselhos e na AAD devem ser preenchidas por mulheres. Mais longe do que isso, a administração autônoma exige mulheres exercendo todas as funções comissionadas do governo, desde presidente da administração até delegados de conselhos populares. Caso um homem tenha sido eleito a uma posição para além de representante em um conselho ou no parlamento, essa posição deve ser acompanhada por um cargo de mesmo poder ocupado por uma mulher. Por exemplo, a AANLS no momento (2023) possui dois co-presidentes, Mansur Selum, um homem nomeado para sua posição em 2015, e Ilham Ehmed, nomeada

junto a ele. No caso do candidato eleito ser uma mulher, não há necessidade de outro indivíduo em co-exercício do cargo.

O rosto de Rojava na mídia internacional, apropriadamente, são as YPJ, Unidades de Proteção das Mulheres. Como anteriormente mencionado, elas compõem um exército formado exclusivamente por mulheres, com dezenas de milhares de combatentes, uma das forças fundadoras das FDS. Na revolução feminista de Rojava, as mulheres ocupam todas as posições de poder, incluindo a militar. Como o nome indica, as Unidades de Proteção das Mulheres atuam para garantir a segurança da população feminina de Rojava no ambiente altamente hostil às mulheres que é a Síria em guerra civil - especialmente quando o Estado Islâmico era uma das facções principais do conflito. Ademais, elas exercem todas as funções exercidas pelas YPG, participando da maioria dos conflitos armados das FDS. Mulheres em posições de combate são consideradas essenciais tanto na defesa de Rojava quanto para a liberação das mulheres em geral (KNAPP, 2016). Todos os soldados das FDS, homens ou mulheres, recebem treinamento em teoria feminista.

Na área civil, centros de acolhimento atendem mulheres vitimadas por crimes como violência doméstica e sexual. As organizações policiais de Rojava, ecléticas e regionalizadas como são, necessitam também que no mínimo 40% de sua força seja composta por mulheres. Os conselhos populares têm como uma de suas funções centrais não só garantir a inserção política das mulheres, mas também a econômica, estimulando a formação de empresas cooperativas entre mulheres, de modo a promover a independência econômica delas diante dos homens e desenvolver a economia. Visto como um todo, o projeto feminista de Rojava não é somente radical para os padrões do Oriente Médio, mas vai muito além do que é considerado *mainstream* até mesmo nos países ocidentais mais progressistas. Não é nada menos que impressionante que tamanhos avanços tenham sido feitos no decorrer de um conflito tão longo e cruel.

3.2 TEORIA QUEER

As Relações Internacionais, tradicionalmente, focam nas relações entre Estados. Do contrário, focam em organizações internacionais, instituições de direito internacionais, empresas internacionais, ou outras estruturas típicas da ordem liberal moderna. *A priori*, a principal dificuldade de estudar as relações internacionais de Rojava é que ela não se encaixa em nenhuma dessas atribuições. Rojava não é um Estado nacional, embora em aspectos aja como um. Rojava é um Estado, embora em aspectos não aja como um. Rojava se denomina uma “administração autônoma”, e existe no meio do que é visto como uma distinção binária: ou uma instituição é um Estado, ou não é.

Essa existência intermediária limita a capacidade explicativa das teorias tradicionais de RI para com o comportamento de Rojava, embora não as exclua completamente. Vide, se Rojava em certos aspectos se comporta como Estado então usar teorias que lidam com o comportamento dos Estados será útil quando se tratar desses aspectos. Porém, ao tomar Rojava como um todo, é necessário analisá-la através das lentes de uma teoria que lida exatamente com as existências que desafiam categorizações simples.

A teoria *queer*⁴ originalmente era limitada a Estudos LGBTQ+, isto é, à posição de grupos que não se encaixam nos paradigmas de gênero e/ou sexualidade de suas sociedades, no sistema internacional. A teoria queer veio a desenvolver uma metodologia e princípios próprios que a tornam uma teoria distinta e útil para analisar as relações internacionais até mesmo em situações que não envolvem, diretamente, as populações LGBTQ+. A teoria queer vê as dinâmicas internacionais pelo viés de gênero, sexo e sexualidade. Crucialmente, ela também vê as relações internacionais em termos de performance e subjetividade, esclarecendo comportamentos aparentemente contraditórios.

Embora seja um campo eclético e multidisciplinar, a teoria queer nas relações internacionais bebe da fonte das teorias feminista e pós-estruturalista, dando foco a

⁴ A palavra “*queer*” não tem uma tradução exata para o português, sendo algo entre ‘diferente’ e ‘esquisito’. Essa palavra, na língua inglesa, a aproximadamente um século tem sido usada como um termo, ora pejorativo ora descritivo, para denominar a população LGBTQ+.

questões de identidade e a uma visão funcional da ciência; para que serve uma teoria, que narrativas e estruturas de poder ela refuta ou sustenta. Um exemplo ilustrativo e relevante é o artigo *“The Politics of Labeling Refugee Men as ‘Vulnerable’”*⁵ (TURNER, 2019), em que o autor analisa, como o nome sugere, a utilização do termo “vulnerável” (sempre colocado entre aspas no texto) para descrever refugiados da Guerra Civil Síria, especialmente homens, em um campo de refugiados na Jordânia. Segundo Turner, “vulnerabilidade” é um termo amplamente utilizado porém mal definido, com o autor induzindo, pelas definições utilizadas pelas organizações humanitárias, se referir a alguém sob risco de sofrimento. Notavelmente, ao contrário de termos como “vítima”, o sofrimento da vulnerabilidade não implica um culpado. Isso então leva à narrativa que o termo “vulnerável” buscava reforçar, e a nova narrativa que a crescente ampliação de seu uso agora promove.

Turner especifica o uso da palavra “vulnerável” quando aplicada a homens porque, tradicionalmente, essa foi uma palavra utilizada para se referir a mulheres e crianças em situação de migração forçada, isto é, refugiadas. Organizações humanitárias, ao administrar seus recursos, dividem refugiados entre “vulneráveis”, mais necessitados e merecedores de ajuda humanitária, e aqueles que não são. Mulheres, então, são consideradas inerentemente mais “vulneráveis”, sob maior risco de sofrimento. Para além de reconhecer as violências que mulheres sofrem em maiores níveis do que homens, o termo atribui às refugiadas uma fraqueza ontológica, independente de qualquer outra característica de sua vida ou identidade. No campo de refugiados da Jordânia, “lares liderados por mulheres” são considerados entre os maiores níveis de “vulnerabilidade”, independentemente das características desse lar; mulheres que tenham assumido liderança de seus lares por vontade própria são consideradas mais “vulneráveis” que mulheres casadas submetidas à liderança de um homem.

Um ponto central da análise queer das RI é de que uma comunidade política, tipicamente representada por um Estado, define a si própria por meio da definição de um “homem soberano” (WEBER, 2016), ou seja, o ideal masculino ao redor do qual o Estado é construído. *“What poststructuralist IR scholars say about sovereignty is that it*

⁵ “A Política de Rotular Homens Refugiados como ‘Vulneráveis’” (TURNER, 2019, tradução nossa)

*refers to those practices that attempt to craft an agent in whose name a political community governs by investing that agent with legitimate political authority*⁶ (WEBER, 2016, p. 3). Dessa maneira, a criação de um Estado se torna em parte a criação de um homem. O “homem soberano” também é definido em oposição a homens inferiores, subalternos, perversos, que logo não são considerados assimiláveis pela comunidade política em questão.

Um detalhe crucial é a adoção pela teoria queer da lógica *and/or* (e/ou) ao invés de *either/or* (‘ou/ou’). A análise tradicional de relações internacionais, Weber argumenta, é comumente limitada a pensamentos binários, uma coisa *ou* outra; homem ou mulher, Estado ou não Estado, terrorista ou revolucionário, dominante ou submisso, liberal ou autoritário. Ao contrário, muitas vezes características ditas contraditórias aparecerão em conjunto, a dicotomia unindo-se em um espectro. Pessoas LGBTQ+, por nossa própria natureza, não nos encaixamos no paradigma tradicional da sociedade dominante Ocidental e nem de muitas outras sociedades, mas ao mesmo tempo somos adotados por essa sociedade como uma parte constituinte dela. O “homossexual”, arquetipicamente definido no imaginário popular como homem, apesar da existência da homossexualidade feminina, pode ser considerado parte do “homem soberano” (que se torna ao mesmo tempo homossexual e heterossexual) ao mesmo tempo que a mesma comunidade política contrói a imagem do “homossexual perverso”. Seguindo nesse exemplo, há a imagem do “gay patriota” ou “respeitável”, que perpetua a narrativa dominante de comportamento e deve ser aceito na comunidade, e o “homossexual perverso”, que não se encaixa no comportamento masculino dominante e então deve ser rejeitado. (WEBER, 2016). Ademais, Estados Ocidentais têm usado a presença de homofobia em sociedades do Sul Global como justificativa para o imperialismo (ostensivamente assumindo os direitos LGBTQ+ como parte integrante da soberania ocidental), ao passo que esses mesmos países implementam políticas domésticas homofóbicas e transfóbicas contra populações consideradas indesejáveis em seu território. Através de uma “mudança de foco retórico” (ECO, 1995), discursos aparentemente contraditórios servem para reforçar uma mesma narrativa.

⁶ “O que estudiosos pós-estruturalistas de RI dizem sobre soberania é que ela se refere àquelas práticas que tentam criar um agente em nome do qual uma comunidade política governa através do investimento desse agente com autoridade política legítima.” (WEBER, 2016, p. 3, tradução nossa)

Quanto à questão dos refugiados sírios, há um crescente movimento entre agentes humanitários para reconhecer a “vulnerabilidade” do refugiado masculino, e assim conceder a ele maior acesso aos recursos que necessita (TURNER, 2019). Vejamos essa lógica por um momento. O homem soberano ocidental é construído como forte e independente, não “vulnerável”, em oposição binária à mulher fraca e inerentemente “vulnerável”. Após perceber a natureza machista dessa hierarquia de vulnerabilidade, e como ela priva homens de recursos que são muitas vezes necessários para a sobrevivência, se chega à conclusão de expandir o conceito de “vulnerabilidade” para incluir refugiados masculinos. Não se questiona a própria natureza autoritária da hierarquia de “vulnerabilidade”, que dá o direito às organizações humanitárias de decidir arbitrariamente que pessoas merecem mais ou menos auxílio. Nem se expande o conceito do “homem soberano” para incluir uma variedade maior de comportamentos, mas desloca o refugiado masculino para uma posição subalterna mas aceita, isto é, feminizada. Como consequência, os refugiados masculinos são forçados a performar “vulnerabilidade” diante das organizações humanitárias, ou serem privados de recursos materiais para a sobrevivência; essa estrutura reforçando a percebida superioridade do homem soberano ocidental diante à medida que coloca o homem não-ocidental em uma posição de submissão.

Isso leva ao último conceito relevante da teoria queer para a análise de Rojava: o conceito da performatividade. Cynthia Weber (2016, p. 31), parafraseando Judith Butler, descreve performatividade da seguinte forma:

Coined by Judith Butler to explain how sexes, genders, and sexualities appear to be normal, natural, and true, the term ‘performativity’ expresses how repeated iterations of acts constitute the subjects who are said to be performing them. [...] It is through the everyday inhabiting of these various sexes, genders, and sexualities by everyday people who enact them that the subjectivities of these doers of sexes, genders, and sexualities appear to come into being.⁷

⁷ “Cunhado por Judith Butler para explicar como sexos, gêneros, e sexualidades aparentam serem normais, naturais, e verdadeiros, o termo ‘performatividade’ expressa como reiterações de atos constituem os sujeitos que supostamente os performam. [...] É através da habitação diária desses vários sexos, gêneros, e sexualidades por pessoas comuns que agem através deles que as subjetividades desses fazedores de sexos, gêneros, e sexualidades parecem se manifestar.” (WEBER, 2016, p. 31, tradução nossa)

Em outras palavras, performance é a incorporação por um grupo de indivíduos de ações que reforçam uma imagem (que Weber refere como “figuração”) do que é verdadeiro. Aplicando esse conceito aos refugiados sírios, apresentar-se de maneira a reforçar a sua imagem de “vulnerável” se torna um meio de ter acesso à ajuda humanitária, logo também reforçando a percepção pelos humanitários da natureza ‘verdadeira’ dos refugiados. Cria-se um ciclo que se auto-perpetua: os grupos humanitários veem os refugiados como “vulneráveis”, os refugiados masculinos precisam mostrar-se “vulneráveis” para receber ajuda humanitária, logo a performance de “vulnerabilidade” ‘prova’ a visão dos humanitários como correta.

3.3 ROJAVA COMO ENTIDADE LIMINAL

Tendo apresentado a teoria queer, e ilustrado sua aplicação por meio do exemplo dos refugiados sírios, resta utilizar esse conhecimento na análise das relações internacionais específicas de Rojava. Primeiro, porém, é necessário retomar a ideia de que Rojava ora se comporta como Estado, ora não. Rojava possui um território, um governo, e forças armadas. Mas, crucialmente, eles não reivindicam independência ou soberania, ou o monopólio legítimo da violência (ÖCALAN, 2011). Utilizando a lógica “e/ou” se torna possível afirmar que a dicotomia Estado/não-Estado não é necessariamente verdadeira, porém ainda é necessário analisar o comportamento da comunidade política de Rojava ao longo da história do conflito antes de fazer tal afirmação.

Em “*Rojava: a state subverted or reinvented?*”⁸ (GALVAN-ALVAREZ, 2020), o autor problematiza a narrativa de Rojava como uma comunidade não estatal, citando acusações de violações de direitos humanos pelas FDS, perseguição de oponentes políticos pelo PYD, e pela maneira que celebra violência contra seus inimigos. Certas ocorrências como o já mencionado massacre de Amuda são bem documentadas, e servem como prova de que tais acusações não podem ser apenas tomadas como propaganda anti-curda. Galvan-Alvarez também cita a dissipação do “ethos utópico” (GALVAN-ALVAREZ, 2020, p. 2) no decorrer da guerra civil, substituído por glorificação

⁸ “Rojava: um Estado subvertido ou reinventado?” (GALVAN-ALVAREZ, 2020, tradução nossa)

militar e uma preocupação com garantir a autonomia da região após a guerra, como ilustrativos da tendência de Rojava ao estatismo. Se a Administração Autônoma tem e utiliza poder coercitivo contra a sua população, ela acaba por exercer autoridade senão estatal, ao menos equivalente a de um Estado.

Remetendo às publicações de Abdullah Öcalan, o líder ideológico do PYD elabora o conceito de auto-defesa no confederalismo democrático. Como discutido antes, essa auto-defesa é predicada na organização horizontal de milícias de modo a proteger a administração autônoma de ameaças externas (invasões) e ameaças internas (autoritarismo) (ÖCALAN, 2011). E certamente, o fato das FDS serem compostas de diversas forças díspares, politicamente plurais, dá peso a afirmação que mesmo que Rojava-como-autoridade, representada suas tropas mais ideologicamente comprometidas, as Unidades de Proteção do Povo e das Mulheres (YPG-J), não retém o monopólio legítimo da violência. Porém, conflitos recentes em Deir ez-Zor já mencionados entre milícias tribais e as YPG-J mostram que Rojava trata esse tipo de resistência como rebeldia.

Outra característica que separa Rojava dos Estados-nação modernos é o seu foco em estruturas horizontais (anárquicas) de administração, ao oposto de das estruturas verticais (hierárquicas) de um Estado. Até Galvan-Alvarez (2020), altamente crítico à AANLS, concede que os conselhos populares representam um importante projeto de democracia direta, porém questiona seu real nível de poder.

Originalmente, como já foi elaborado no primeiro capítulo, Rojava era completamente administrada pelo Conselho Popular do Curdistão Ocidental (MGRK) em seus vários níveis através de eleições, participação direta da população, e o sistema de delegados. Porém a criação da Administração Autônoma-Democrática (AAD) reorganizou o governo de Rojava, com os níveis federais e regionais (referente às sete regiões da AANLS) passando a ser administrados por um sistema análogo ao de um Estado-nação 'tradicional'. Certamente, essa decisão tornou Rojava mais próxima de ser um Estado do que era antes. Em "*Revolution in Rojava*" (KNAPP et al., 2016), mesmo com a visão majoritariamente positiva de Rojava que os autores apresentam, eles se mostram apreensivos com o futuro da democracia direta na região por conta dessa decisão. É importante lembrar, porém, que a AAD foi concebida pelo

MGRK quando os conselhos administravam Rojava completamente, e logo a AAD também é um fruto da democracia direta.

Os dois motivos oficiais que a AANLS dá para essa decisão são interessantes do ponto de vista de performance e a maneira que ela é usada para reforçar narrativas. O primeiro é que, como a população não-curda teve um baixo nível de adesão ao MGRK, uma aparência de Estado seria necessária para dar legitimidade à AANLS para grande parte de sua população, que não tem a ‘educação política’ suficiente para engajar com sistema de conselhos. Também relacionada ao discurso de legitimidade, a outra razão dada lida com seus objetivos diplomáticos. A AANLS percebeu que “ela não era nem querida nem compreendida, e confiança em tal experimento seria baixa” (KNAPP et al, 2016, p. 111) ao buscar apoio internacional (KNAPP et al, 2016). Logo, a lógica segue, a performance de Estado traria confiança no seu projeto, visto que o sistema internacional é dominado por Estados e esta é a única forma de administrar uma comunidade aceita por ele. Isso se dá no contexto de avanços do Estado Islâmico entre 2013 e 2014, particularmente a situação de sítio na qual Kobani se encontrava antes do início da operação *Inherent Resolve* e do subsequente apoio militar americano à causa de Rojava. Contra tal ameaça existencial, o abandono de parte do “ethos utópico” da revolução decerto foi considerado um pequeno preço a se pagar.

As duas razões oficiais revelam algo importante sobre a AANLS: a comunidade política que a ela compunha tinha interesse de apresentar-se como um Estado - para certos grupos. A AAD, como performance de Estado, atrairia a confiança de grupos de interesse internos e externos. Se a performance reforça uma imagem pré-existente, de modo que ser algo e performar algo são funcionalmente a mesma coisa, logo a performance de Estado torna a AANLS um Estado.

Porém, a mesma comunidade política se apresenta internamente como uma democracia horizontal sem Estado, e faz o mesmo internacionalmente. Ao mesmo tempo que para os países da coalizão internacional contra o Estado Islâmico ela se apresenta como um Estado coeso e sóbrio, para a esquerda internacional ela propagandeia seus aspectos anarquistas revolucionários (GALVAN-ALVAREZ, 2020). Simultaneamente, duas narrativas são formadas, ambas desejadas pela AANLS: de que ela é e não é um Estado.

Ao final das contas, perguntar se a AANLS é objetivamente um Estado é fazer a pergunta errada. Não existe uma única definição de Estado, ou em outras palavras, a figura de Estado não é performada da mesma maneira por cada Estado (WEBER, 2016). O mais relevante para esse trabalho, ao analisar a maneira que Rojava se comporta no internacional e vice-versa, é como ela aparenta ser para cada um de seus interlocutores. Por essa visão, Rojava será tratada como um Estado quando for relevante fazê-lo, e não será quando não for.

4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE ROJAVA, ROJAVA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao analisar a política externa de um governo, e suas relações internacionais como um todo, há uma tendência a focar nos Estados com os quais ele se relaciona. No caso de Rojava, acaba que vários dos atores internacionais cujas relações com a Administração Autônoma serão analisadas são justamente Estados e, mais importante, são entidades pelas quais a AANLS quer ser vista como um Estado. Um tema que poderá ser visto conforme as relações internacionais de Rojava forem discutidas, é que ela se apresentará como um Estado para entidades que compõem a ordem liberal internacional, e se apresentará como um não-Estado para aquelas que não a compõem.

4.1 OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA é o principal aliado militar de Rojava, vital para a manutenção de suas forças armadas. Mesmo com a redução do apoio americano desde o pico da ação do Estado Islâmico na região, em 2023 os Estados Unidos concederam 160 milhões de dólares em armamento, treinamento, infraestrutura, e transferências monetárias diretas para Rojava. Ao seu pico, figuras chegavam em torno dos 600 milhões. Sem esse auxílio, é pouco provável que Rojava tivesse sido tão bem sucedida no combate ao EI, considerando a situação de sítio em que se encontrava.

Segundo Knapp et al (2016), a AANLS não deveria confiar nos EUA, e afirmaram que era uma questão de tempo até a superpotência trair seus aliados locais. Suas suspeitas vieram a se concretizar em 2018, com a operação *Olive Branch* pela Turquia que, sendo membro da OTAN, poderia ter sido impedida pelos EUA. O descaso dos EUA com Rojava foi reforçado quando, no ano seguinte, ele permitiu uma segunda invasão turca do território da administração autônoma. Em dezembro de 2018, o então

presidente dos EUA Donald Trump prometeu a retirada de tropas americanas da Síria - algo que ocorreu parcialmente, com uma redução das tropas no país.

Galvan-Alvarez (2020) aponta para uma mudança da propaganda, da narrativa perpetuada por Rojava, na direção do vanglorio militarista, para longe dos ideais utópicos e do fervor revolucionário de sua fundação. Ademais, ele atribui em parte essa mudança ao combate ao Estado Islâmico e à necessidade de Rojava se mostrar uma aliada poderosa e dedicada do combate ao terrorismo. Por uma ideia de performance, a percebida necessidade de apresentar-se como militarista para o Ocidente também reforça essa imagem na própria comunidade política, que por decorrência propaga o comportamento ainda mais. Dessa maneira, Rojava acaba por criar um ciclo vicioso que a torna organicamente uma sociedade mais violenta, em maior proximidade aos EUA, aliado poderoso mas inconstante que é. O “homem soberano” da sociedade se torna por além de um revolucionário anarquista e feminista, um soldado fervoroso na Guerra ao Terror. Galvan-Alvarez (2020) cita, por exemplo, vídeos publicados nas mídias sociais por contas afiliadas às FDS, que contém montagens de soldados inimigos sendo mortos em batalha, seus corpos agredidos com chutes e tiros, ao som de músicas triunfantes.

O interesse dos EUA em auxiliar Rojava começa e termina com o combate ao Estado Islâmico. Retórica do governo americano, e as normas que regem o seu *lend-lease*, sugerem que os EUA pretendem abandonar a AANLS a sua sorte com a derrota do grupo terrorista (STANICEK, 2019). Isso cria um dilema interessante para as FDS; o combate ao EI é uma prioridade política e militar (e propagandística), mas a sua derrota final implicaria no fim da aliança com os EUA, deixando Rojava a mercê das forças hostis a seu redor. Mazloum Abdi, comandante-chefe das FDS, em uma coluna publicada no Washington Post em 2022 intitulada “*We’re America’s most loyal ally in Syria. Don’t forget us.*”⁹, reitera os esforços de seu povo na luta contra o Estado Islâmico e pela igualdade e os direitos das mulheres. Abdi pede o apoio da comunidade internacional na contenção da contínua agressão turca em território da AANLS. Porém, ele afirma também a capacidade de Rojava resistir sozinha se for preciso.

⁹ “Nós somos o aliado mais leal da América na Síria. Não esqueça de nós.” (ABDI, 2022, tradução nossa)

Dependência gera mais dependência, e os EUA se mostraram um aliado na qual não se pode depender. A capacidade de Rojava, subalterna como é, de propagar suas próprias narrativas no espaço internacional é limitada, e não se pode esperar que os EUA os apoiem em perpetuidade. Knapp et al (2016) sugerem que Rojava está bem ciente disso, e que ela deve se preparar para seguir o seu rumo sozinha. Mazloum Abdi acredita que ainda exista valor na cooperação internacional.

4.2 UNIÃO EUROPEIA

Em conjunto com os EUA, a UE representa o Ocidente na diplomacia da AANLS. Diferentemente dos EUA, porém, os países da União Europeia individualmente não contribuem significativamente para as capacidades militares das FDS - com exceção da França. Ainda assim, os países europeus possuem relações diplomáticas mais amigáveis que as principalmente utilitárias relações entre a AANLS e os EUA. Representantes de Rojava, incluindo sua co-presidente, foram convidados a discursar em locais como os parlamentos italiano, britânico (na época parte da UE) e o próprio Parlamento Europeu. Escritórios representativos da administração também podem ser encontrados na Alemanha, França, Suécia, Bélgica e nos Países Baixos.

Os ataques turcos entre 2018 e 2019 provocaram respostas da União Europeia em solidariedade com Rojava e as FDS, pedindo a retirada das tropas curdas do local. Crucialmente, porém, não foram tomadas medidas significativas para auxiliar as FDS materialmente; Presidente da França Emmanuel Macron prometeu enviar tropas francesas para a defesa de Afrin durante *Olive Branch* (PENNETIER, IRISH, 2018), mas não é claro se houve um aumento significativo da presença francesa no combate. Certamente, não o suficiente para impedir a tomada de Afrin pela Turquia.

O que a União Europeia não oferece em apoio material ela oferece em um outro recurso importante para a AANLS: legitimidade. Ambos os discursos, aparentemente contraditórios, representando Rojava como a vanguarda progressista e como “Aliada mais leal da América na Síria”, são palatáveis para a Europa ocidental. Essa dicotomia separa as FDS da figura do “terrorista”, inimigo existencial do “homem soberano” europeu, e do “refugiado”, ao mesmo tempo “vulnerável” e inassimilável por suas visões

“retrógradas”. Ao se falar da visão europeia da Síria, é necessário falar do terrorista e do refugiado.

A Guerra Civil Síria teve duas grandes consequências para o paradigma político na Europa: a crise dos refugiados e o risco de ataques terroristas do ascendente Estado Islâmico. No imaginário ocidental, a figura do “refugiado” e do “terrorista” são filogeneticamente conectadas, descendentes das figuras do “subdesenvolvido” e do “não-desenvolvível” (WEBER, 2016). Diferentemente da visão original do “subdesenvolvido”/“não-desenvolvível” como distante, pertencente a uma civilização diferente e longínqua, o “refugiado” (Cynthia Weber utiliza o termo mais amplo “i/migrante indesejado”, mas no contexto sociopolítico da Guerra Civil Síria o termo “refugiado” é equivalente) e o “terrorista” representam esses conceitos em movimento. Esse movimento se dá no sentido do irremediavelmente estrangeiro para dentro da “Civilização Ocidental”. O “refugiado” é, para além de “vulnerável”, um invasor, maligno no sentido médico da palavra, senão no sentido moral. Ele busca se beneficiar da prosperidade do mundo “desenvolvido” ocidental mas não incorporar a sua cultura (WEBER, 2016). Há um elemento racializado claro na narrativa europeia sobre o “refugiado”, assim como a de todos os “i/migrantes indesejados”. A identidade racial desse grupo (isto é, a que lhes foi dada pelo ocidente) é usada como justificativa para sua inassimilabilidade. No caso particular da Síria, o “homem árabe” é extremamente conservador e patriarcal, fundamentalista de uma religião estrangeira aos europeus (o Islã), e não tem interesse de se assimilar. Muito pelo contrário, o “homem árabe” quer, na visão distorcida do Ocidente, implantar seus valores nativos sobre a população europeia e substituí-la. Dessa maneira o “homem árabe” é construído como anátema à sociedade ocidental.

O caso do “terrorista” é ainda mais direto. O “terrorista” não representa uma civilização incompatível com o Ocidente, mas sim um conceito de “anti-civilização”. (WEBER, 2016). Ele não só é inimigo da “Civilização Ocidental” mas também de qualquer civilização. O “terrorista” representa um “barbarismo anti-civilizatório” no imaginário ocidental. O “terrorista” é um vilão universal que é “incivilizável” e cuja humanidade pode ser seguramente ignorada pela população. Embora o “terrorista” seja descrito como não pertencendo a qualquer civilização, Weber (2016) argumenta que ao

mesmo tempo o imaginário ocidental frequentemente os coloca em um espaço civilizatório. Se a criação de um Estado é a criação de um homem a ser seguido, esse fenômeno é a criação de um homem a ser odiado e exterminado, o oposto do Estado. Weber (2016) usa o conceito do “Terrorista da Al-Qaeda”, caracterizado por dois fatores principais: o religioso, que o coloca como um seguidor fanático, patológico do Islã; e o geopolítico, que o coloca como produto do Sul Global; para ilustrar essa particular permutação moderna do “terrorista” no imaginário ocidental. O que seria o “terrorista do Estado Islâmico”, apropriadamente para um grupo descendente da Al-Qaeda, pode ser facilmente inserido nessa figura, visto que é caracterizado exatamente da mesma maneira.

O discurso de Rojava afeta os países da União Europeia na medida que se apresenta como a antítese tanto do terrorista quanto do refugiado. O homem (e crucialmente, a mulher) curdo(a) compartilha dos ideais humanistas dos europeus, de seu progressismo, de seu apoio pela democracia e os direitos das mulheres. Rojava compartilha do ódio mortal pelos temidos terroristas, e de fato estão na linha de frente contra o principal grupo terrorista do mundo. Por último e não menos importante, as FDS permanecem em casa, não fugindo para a Europa como refugiados. O efeito combinado desses pontos criam dos curdos uma imagem de minoria modelo que contrasta os inimigos da “Civilização Ocidental”. Não é surpresa que o pico da atenção política e midiática dada pelos países europeus a Rojava foi durante o período de 2014-2017, pico do Estado Islâmico no imaginário ocidental.

4.3 ESTADO ISLÂMICO

O Estado Islâmico, também chamado Estado Islâmico do Iraque e da Síria, ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante, é uma organização que, como a Administração Autônoma, possui características Estatais e não-Estatais. Para além de seu período como um Estado territorial, de 2013 a 2019, o EI também exibe extraterritorialidade através das células clandestinas que utiliza para cumprir seus objetivos na África, na Europa e no Oriente Médio. Essa, porém, é a extensão das semelhanças entre as duas entidades. Na criação de homem como criação de Estado, os “homens soberanos” de

ambas as comunidades políticas são quase que diametralmente opostos. O “homem soberano” de Rojava é progressista, secular, feminista, libertário, e multicultural. O do Estado Islâmico é reacionário, fundamentalista religioso, eminentemente patriarcal, autoritário, e monocultural. Sua única convergência, como foi discutido anteriormente, é uma tendência à glorificação da violência (GALVAN-ALVAREZ, 2020).

Em sua propaganda, a AANLS tende a caracterizar o EI como seu arqui-inimigo, e de fato ele foi a principal ameaça existencial à Rojava antes da tomada de Raqqa e da subsequente agressividade da Turquia. Após sua invasão da Síria em 2013, o EI rapidamente se espalhou pelo território antes controlado pela oposição. Em 2014, foi iniciada uma invasão em larga escala do território de Rojava (na época limitada aos três cantões), particularmente no cantão de Kobani. A intensidade do combate, somado ao repúdio mútuo entre as ideologias dominantes no EI e em Rojava, levam a essa animosidade profunda contra o EI, mesmo antes do apoio do Ocidente.

A construção do membro do EI como “terrorista” no discurso de Rojava, porém, não faria sentido sem a intenção de apelar para o Ocidente. A ameaça apresentada pelo EI para Rojava era mais tradicional - um exército invasor. Por si só, a demonização do soldado inimigo é um fenômeno comum, mas relativamente recente, da guerra. A função que tal narrativa serve é óbvia; ao tornar o inimigo um monstro despossuído de humanidade, não há nenhum ato contra ele que possa ser moralmente errado. Dessa maneira, o “soldado invasor” e o “terrorista” no imaginário ocidental ambos chegam à mesma conclusão, de que tal homem pode ser exterminado sem remorso. É por isso que as redes sociais associadas a Rojava celebram a violência contra soldados do EI mesmo quando as FDS se mostram a facção síria mais respeitosa aos direitos humanos em qualquer outra medida.

É importante mencionar, porém, uma diferença na maneira que as FDS celebram a violência em relação ao EI. As FDS não publicam vídeos de execução, mas sim de combate contra soldados inimigos ativos, ou então violência direcionada aos cadáveres de soldados inimigos que pereceram em combate. O EI, por outro lado, é infame pelos vídeos virais de execuções de tropas e jornalistas capturados (GALVAN-ALVAREZ, 2020). As FDS não executam soldados capturados - ao menos não oficialmente. Isso mostra um papel diferente da violência no discurso dessas duas organizações.

Galvan-Alvarez afirma que a Guerra Civil Síria é em grande parte uma guerra midiática, uma batalha de narrativas no âmbito internacional. Ambas as narrativas querem demonstrar poder, e utilizam figuras tradicionalmente masculinas para fazê-lo, mas elas divergem na maneira que interagem com o observador internacional. As FDS querem mostrar proeza militar, bravura, e total repúdio ao Estado Islâmico, a fim de gerar uma imagem positiva de si próprios no Ocidente. O EI, porém, é deliberadamente antagônico ao Ocidente, com seus vídeos apresentados com frieza e ameaças. O EI busca causar medo, sim, mas também mostrar dominância, autoridade. A vítima do EI se encontra subjugada e submissa, em contraste à vítima das FDS ainda mostrando resistência. No caso do EI, ao inimigo não é dada a chance de triunfar. Ambas as narrativas colaboram para a criação de uma dicotomia binária, que coloca Rojava de um lado, os heróis apoiados pelo Ocidente, e o Estado Islâmico, os vilões odiados pelo mundo.

Como toda a visão binária, ela não é uma representação completa da realidade, mas sim uma maneira de perpetuar uma narrativa. Embora a figura do “terrorista” seja racializada como parte do Sul Global no discurso ocidental, grande parte dos soldados do EI têm origem europeia (KNAPP et al., 2016). Ademais, a visão deles como “retrógrados” e “atrasados” não condiz com o alto nível de inserção tecnológica demonstrada por esse grupo. O EI é uma organização internacional (embora, novamente, tenha possuído um Estado territorial até 2019) que se utiliza de todos os meios de comunicação modernos, sobretudo a internet, para se propagar e se organizar até mesmo dentro do ‘território inimigo’ (WEBER, 2016). A visão do “terrorista” como bárbaro esconde o alto nível de sofisticação dessa organização, que desde a ocupação de seu antigo território pelas FDS voltou a agir clandestinamente.

4.4 RÚSSIA

Enquanto o auxílio oferecido pelos EUA é militar, e o da UE é principalmente discursivo, a Rússia tem oferecido seu apoio diplomático à AANLS ao longo do conflito. Durante a Guerra Fria, as relações Síria-Turquia eram tomadas como *proxies* para a União Soviética e os Estados Unidos, respectivamente. Isso em parte explica o porquê da parceria incomum entre a Síria e o PKK por tantos anos; não só eles possuem um

inimigo em comum, como também o PKK (na época) compartilhava uma ideologia dominante com o superpoder apoiador da Síria. Mesmo após a queda da URSS, a Rússia permaneceu com laços próximos à Síria, especialmente considerando que a Turquia permaneceu como parte integrante da OTAN (embora nem sempre tenha sido sua mais ferrenha aliada).

Após o início da Guerra Civil, o apoio militar da Rússia permaneceu com Damasco, mas ao mesmo tempo houve uma aproximação com a Turquia (após a tentativa de golpe de Estado contra Erdogan em 2016) e com Rojava. Considerando que grande parte da oposição secular é apoiada pela Turquia, e o governo de Assad e Rojava são duas das outras facções principais, as únicas forças que parecem não ter recebido algum tipo de apoio russo foram a oposição jihadista, como o Estado Islâmico (KNAPP et al, 2016).

Em 2016, a Rússia foi o único país a reconhecer a declaração do Sistema Federal de Rojava (KNAPP et al, 2016). Além disso, defendeu a inclusão de Rojava nas negociações de paz em Genebra (ALLSOP, WILGENBURG, 2019). Porém, assim como os EUA, a Rússia se recusou a ir contra a Turquia durante a operação *Olive Branch* que culminou na ocupação de Afrin por forças turcas. Mais adiante, durante *Peace Spring*, a Rússia negociou a presença turca no norte da Síria, concedendo-lhes Afrin e a faixa de terra entre Jazira e Euphrates, assim como a patrulha fronteiriça compartilhada entre as FDS e o governo sírio (ALLSOP, WILGENBURG, 2019). Assim como com os EUA, esses eventos foram considerados uma traição (COURT, DEN HOND, 2020), mas após a ameaça de retirada das tropas americanas, Rojava restabeleceu laços diplomáticos.

Mireille Court e Chris Den Hond (2020) citam o comandante-chefe das FDS Mazlum Abdi, que diz: “A Rússia primeiro ‘deu’ Afrin para a Turquia em troca de Homs, Ghouta e uma pequena parte de Idlib para o regime. Depois, ‘cedeu’ Ras al-Ain e Tell Abyad à Turquia em troca de outra parte de Idlib”. A perspectiva de Rojava nessa dinâmica se torna clara; Rojava é um contrapeso que a Rússia usa para equilibrar a Síria e a Turquia neste conflito. “Nessas negociações, os curdos acabam sendo os grandes perdedores”, Court e Den Hond sucintamente colocam.

A capacidade de Rojava manter o apoio de ambos os EUA e a Rússia, rivais geopolíticos, pode parecer estranha, mas como se pode ver o apoio de ambos os

países é tênue, com as potências demonstrando pouco interesse nos objetivos políticos de Rojava para além do combate ao “terrorismo”, no caso da América, e como moeda de barganha entre Síria e Turquia, no caso da Rússia. Assim como com os EUA, Rojava continua buscando se aproximar da Rússia, mas segue se preparando para resistir sozinha (CHETERIAN, 2023). Fundamentalmente, a relação de Rojava com os dois países se dá por motivos pragmáticos, de ambos os lados.

4.5 A “ESQUERDA INTERNACIONAL”

Diferentemente dos outros itens nesta lista, a “Esquerda Internacional” é uma comunidade política difusa e alienada do poder estatal ou institucional na maior parte do mundo. Como uma das poucas, senão a única revolução socialista bem-sucedida do século XXI, Rojava atraiu a atenção de acadêmicos e ativistas de esquerda ao redor do mundo, especialmente no Ocidente. Uma subdivisão das YPG é a Brigada Internacional, formada por voluntários estrangeiros.

Rojava, como um movimento revolucionário, explicita seu desejo por solidariedade com outros movimentos de esquerda. A visão do governo de Rojava é que uma maneira importante de construir solidariedade é através da criação de organizações locais fortes de esquerda (KNAPP et al, 2016). Presumivelmente, um movimento social não pode oferecer ajuda a outro, se este não possui qualquer tipo de influência política e discursiva, ou poder econômico.

Além disso, Rojava preza pelo auxílio de voluntários estrangeiros em áreas para além do combate. Mais do que soldados, Rojava carece de trabalhadores qualificados - médicos, engenheiros, professores, etc. - e depende de simpatizantes estrangeiros e organizações humanitárias para cobrir suas necessidades (KNAPP et al, 2016; BALANCHE, 2018).

Naturalmente, a “esquerda internacional” está longe de ser um grupo monolítico. Logo, há uma notável divergência de interpretações da AANLS e de seu discurso apresentando-se como uma “democracia sem Estado” (GALVAN-ALVAREZ, 2020). A “esquerda” é um grupo politicamente eclético; alguns grupos apoiam o projeto de Rojava fervorosamente, enquanto outros o condenam por razões ideológicas ou

ceticismo. Especificamente, grupos com filosofias mais centralizadoras, como marxistas-leninistas, duvidam da capacidade de projetos anarquistas de realmente trazer benefícios materiais para a população, considerando-os descoordenados e permissíveis aos mecanismos de opressão capitalista (Rojava em si permite propriedade privada, dentro de certas restrições; KNAPP et al, 2016). O ceticismo se manifesta justamente pela aparente contradição entre os discursos revolucionários de Rojava e sua aliança militar com os EUA. Como foi discutido anteriormente, ambos os discursos servem o propósito de enaltecer o projeto de Rojava (não que sejam necessariamente falsos), mas apelam a audiências diferentes no exterior. Em resposta, a facção anti-Rojava da “Esquerda Internacional” a caracteriza como uma simples ferramenta do imperialismo americano no Oriente Médio (GALVAN-ALVAREZ, 2020). Nessa discussão, a nuância de Rojava é deixada de lado, separada novamente em figuras binárias: o revolucionário e o fantoche imperialista. Isso serve como mais evidência do que Cynthia Weber (2016) critica como a sina do pensamento de relações internacionais que é o pensamento em sistemas binários.

Galvan-Alvarez (2020), por si só altamente crítico de Rojava, acusa Knapp, Flach e Ayboga (2016) de enaltecer a AANLS. Os autores, em seu livro, reconhecem a própria tendenciosidade e afirmam não esconder esse fato. Ainda assim, Galvan-Alvarez é forçado a admitir em seu artigo que delegações acadêmicas que visitam Rojava (como a dos já citados autores de *“Revolution in Rojava”*) acabam por voltar altamente simpáticos à administração.

Por fim, argumentaria que a tentativa de cortejar o apoio da “esquerda internacional”, por si só, já evidencia um nível de sinceridade com a causa revolucionária. Como foi mencionado no início da sessão, os grupos ecléticos que compõem a “esquerda internacional”, especialmente no Ocidente, estão em geral longe das rédeas do poder. Há pouco benefício material na performance da figura do “revolucionário” que é, por definição, aquele que luta contra o sistema. Vide a situação muito menos tumultuosa do Curdistão Iraquiano.

4.6 CURDISTÃO IRAQUIANO

O Governo Regional do Curdistão (GRC) é uma região autônoma do Iraque, composta pelas áreas de habitação curda no país. A região conquistou a sua autonomia oficialmente com a promulgação da nova constituição do Iraque em 2005, como consequência da invasão americana em 2002. O GRC é um governo plural, com múltiplos partidos participando da administração, mas assim como o PYD na AANLS há um partido com uma influência particularmente hegemônica - o Partido Democrático do Curdistão, ou PDK.

O PDK é próximo à Turquia, e extremamente hostil ao PKK, e por consequência o PYD. Como parte da aliança PDK-Turquia, o GRC participa do embargo colocado sobre Rojava, com a permeabilidade da fronteira fluando de acordo com os interesses do partido (KNAPP et al, 2016). Durante o período antecedente à revolução, o PDK organizou a criação de uma coalizão anti-PYD e contra os conselhos populares, o Congresso Nacional Curdo, mas este perdeu força e relevância conforme os ganhos militares e sociais do PYD foram se acumulando (ALLSOP, WILGENBURG, 2019).

A economia do Curdistão Iraquiano gira em torno da extração do petróleo, exportado para a Turquia. Cerca de 95% do Produto Interno Bruto da região vem dessa atividade, e a extração é controlada em sua maioria diretamente por membros do PDK (KNAPP et al, 2016). Com isso pode se ver um claro teor de classe na animosidade entre o PDK e o PYD (e, mais amplamente, entre a AANLS e o GRC); o PDK é um partido politicamente e economicamente conservador, chefiado desde sua fundação pela mesma família, os Barzani, que lucra imensamente com a detenção dos meios de produção na região. A AANLS, porém, se formou na região mais pobre da Síria por um partido socialista. Isso ilustra a fragilidade dos discursos étnicos na política, mesmo em um lugar em que eles têm tanto peso no imaginário popular como no Oriente Médio (KNAPP et al, 2016). Qualquer suposta solidariedade de base étnica entre os curdos das duas regiões acaba secundarizada pelos interesses de uma classe política e econômica dominante.

Não obstante, a AANLS ainda encontra aliados (em potencial) entre a comunidade política do GRC. O principal partido de oposição, a União Patriótica do Curdistão (UPC), se mostra mais disposto a conversar e trabalhar com o PYD e as FDS. Embora ainda seja um partido arraigado ao sistema extrativista-exportador do

GRC, a UPC é um partido mais à esquerda, e mais próximo ao governo nacional do Iraque do que da Turquia (BALANCHE, 2018). Balanche argumenta que uma aproximação maior com a UPC (e o Iraque) poderia servir de meio para o rompimento do embargo. Ainda assim, no presente, as relações entre as duas regiões autônomas permanecem gélidas - e a AANLS diz ter prioridades maiores do que essa aproximação (CHETERIAN, 2023).

4.7 TURQUIA

Se o Estado Islâmico representou a maior ameaça existencial à Rojava nos primeiros anos da revolução, a Turquia certamente cumpre esse papel no presente. O governo Erdogan é altamente hostil à Rojava, e ao longo do conflito realizou diversas operações militares contra a AANLS. O PKK, ao qual o PYD é associado, é considerado um grupo terrorista pelo governo turco e um de seus principais inimigos. Autoridades turcas repetidamente deram voz ao desejo de invadir Rojava e derrubar sua administração.

Desde a formação da República da Turquia em 1923, a “Questão Curda” tem sido um ponto de estresse para o país. Muito como no caso da Síria, a Turquia implementou diversas políticas de repressão contra quaisquer movimentos curdos, e limpeza étnica por meio de migração forçada e supressão da cultura e língua curdas. A região do Curdistão Turco foi frequentemente submetida à lei marcial e a estados de exceção, comprometendo os direitos da população local (OGUZ, 2021). O Partido dos Trabalhadores do Curdistão foi formado como uma guerrilha separatista marxista-leninista, sua influência na política curda levando o nacionalismo curdo a ser imbuído de um forte teor marxista (ALLSOP, WILGENBURG, 2019). Após a reformulação da ideologia do partido durante os anos 1990, o PKK abandonou a posição separatista, mas a violência entre ele e o governo turco permaneceu.

É importante reiterar que a “Questão Curda” não é simples racismo, embora isso certamente também faça parte. Com a repartição do território do Império Otomano, o modelo de Estado-nação foi forçado sobre diversas culturas locais. *“The centralized, hegemonic and homogenizing nation-state model was alien to the historical conditions of coexistence and inter-social relations in the region where it was applied in the*

*absence of a 'nation'*¹⁰ (SUNCA, 2021, p.110). Embora os curdos do que viria a ser a Turquia em geral apoiaram a formação da República, os interesses ideológicos homogeneizadores do que deveria ser o “Estado Turco” (e, em paralelo, o “homem turco”) não toleravam essa ‘divergência’ étnica. Os curdos, porém, não foram imunes ao discurso civilizatório ocidental, que prezava pelo Estado-nação. De fato, ele teve uma grande influência sobre o pensamento político curdo, mesmo depois da difusão do marxismo (ALLSOP, WILGENBURG, 2019). Eis o surgimento de movimentos nacionalistas separatistas curdos. A opressão aos curdos se deu então, em parte, pela contradição inerente do discurso nacionalista turco (e de muitos outros nacionalismos) de que um Estado deve ser composto por uma “nação”, mas cuja soberania territorial não é capaz de conceber ceder seu território no caso de outra “nação” ser predominante em parte dele. Mesmo não sendo parte da “nação” ao qual o Estado-nacional representa, a população ainda deve estar sujeita ao mesmo.

Algo que separa o discurso turco sobre Rojava de todos os outros é a inclusão das FDS na categoria de “terrorista”. O arquétipo do “terrorista” que foi discutido antes é munido de uma série de características étnicas, religiosas, ideológicas que o situam no espaço-tempo. O progressismo, secularismo, feminismo, e territorialidade de Rojava tornam ela incompatível com comparações ao “terrorista da Al-Qaeda”. O “terrorista do PKK” pouco se assemelha até mesmo em sua metodologia; o PKK é uma força regional de guerrilha, que não se utiliza da ação de “terrorismo” - isto é, no contexto, ação violenta e indiscriminada contra populações civis visando causar terror por razões políticas - para atingir seus objetivos, mas sim resistência armada. Seu uso é um testemunho da maleabilidade da imagem do “terrorista”, que pode ir de altamente específica a englobar qualquer tipo de violência não legitimada pelo Estado. A figura do “terrorista” como universalmente repudiada, narrativa da qual Rojava também participa, torna vantajoso para o governo Erdogan, ou qualquer outro Estado, etiquetar seus inimigos como tal.

Rojava, e mais especificamente o PYD, são vistos pela Turquia como extensões do PKK e por isso igualmente uma ameaça a sua soberania, caso eles continuem no

¹⁰ “O modelo de Estado-nação centralizado, hegemônico e homogeneizador era alien para as condições históricas de coexistência e relações inter-sociais na região onde tal foi aplicado na ausência de uma ‘nação’” (SUNCA, 2021, p.110, tradução nossa)

poder. E, na mesma linha de raciocínio, são terroristas, embora também não exibam nenhuma das características ‘tradicionais’ do “terrorista”, salvo ser uma entidade não-Estatal capaz de violência (o que por si só é discutível). Invasões do território sírio pela Turquia foram justificadas à comunidade internacional como combate ao terrorismo (STANICEK, 2019). Porém, diferentemente do caso do PKK, que é de fato considerado uma organização terrorista pela União Europeia e os Estados Unidos, essas mesmas organizações consideram Rojava uma aliada no combate ao terrorismo. Essa vitória discursiva de Rojava sobre a Turquia no âmbito internacional infelizmente não se converteu em apoio militar para repelir as invasões, mostrando que Rojava é considerada uma aliada descartável pelo Ocidente, não havendo benefício apoiá-la com mais que palavras contra um Estado relativamente poderoso e agressivo como a Turquia.

A única maneira de assegurar a segurança de Rojava com tal inimigo nas suas fronteiras seria com uma retomada das negociações de paz entre a Turquia e o PKK, que caíram por terra em 2015. Do contrário, a tênue aliança com os EUA e a Rússia, e a causa comum anti-turca com Assad são as únicas coisas que impedem um desmantelamento da Administração por essa força reacionária.

4.8 REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

O relacionamento de Rojava com a Síria é complicado por diversos fatores. A começar, a AANLS surgiu como uma rebelião contra o governo sírio, e o povo curdo é marcado por décadas de repressão e exclusão sob o domínio do Partido Baath (do qual o ex-presidente Hafez Al-Assad e seu filho e atual presidente, Bashar, fazem parte). Mas os desenvolvimentos políticos e militares da Guerra Civil os têm levado a um crescente nível de cooperação.

No início do conflito, o governo sírio se retirou da região de Rojava, permitindo a tomada do poder pelo PYD e a criação da Administração. Isso não foi feito por simpatia ou altruísmo, mas como uma maneira de concentrar forças em áreas estrategicamente mais vantajosas e dividir a oposição, que teria mais uma facção com quem lutar (BALANCHE, 2018). Mesmo assim, essa estratégia levou a poucos confrontos entre as

FDS e o exército sírio, cujos centros de poder se encontram em lados opostos da Síria, especialmente após a entrada do Estado Islâmico no conflito. Civis (e tropas, com mais limitações) de Rojava podem se transportar pelo território controlado pelo regime, servindo como a única conexão estável da AANLS com o exterior.

Uma consequência importante do status da Síria como único ponto de contato com o exterior, e mais amplamente do fato da autonomia de Rojava não ser internacionalmente reconhecida, é que todas as organizações humanitárias que desejam atuar na Administração devem ser aprovadas pelo governo sírio. Rojava tem uma carência extrema de equipamentos e produtos médicos (FORMAN et al., 2022), pois não tem a capacidade de manufaturá-los (BALANCHE, 2018). As consequências de décadas de políticas exclusionárias e empobrecedoras, somadas a uma década de guerra e embargo, deixaram Rojava dependente de ajuda humanitária (FORMAN et al., 2022; KNAPP et al., 2016). Logo, o regime possui um poder imenso sobre a AANLS, de cortar o acesso humanitário para a região. Não há indícios que a Síria pretende fazê-lo, mas a possibilidade é uma Espada de Dâmocles pairando sobre a Administração, caso um processo de paz não seja iniciado.

As relações econômicas entre Rojava e o resto da Síria permanecem similares com como foram por décadas - Rojava exportando produtos primários e importando bens manufaturados - com a diferença sendo que com a sua autonomia, a AANLS pode (e pretende) investir na diversificação econômica (KNAPP et al, 2016). A Síria, embora coopere com Rojava em questões econômicas e militares, não reconhece de maneira oficial nenhuma a AANLS como legítima, repudiando sua constituição e suas eleições em 2017. Rojava não é um projeto separatista, e a coalizão governante quer, oficialmente, existir como uma região autônoma em uma Síria federalizada. É improvável que haja uma reconciliação entre a Síria e Rojava no momento; o GRC só obteve reconhecimento oficial do Iraque com a derrubada do governo de Saddam Hussein pelos EUA, invasão que inclusive obteve o apoio de tropas curdas da região.

A relação histórica de divisão do trabalho na região se assemelha a estrutura clássica de troca desigual na teoria marxista, em que um país subdesenvolvido exporta produtos primários (de baixo valor agregado) e, pois não possui meios de produção próprios, é forçado a importar produtos manufaturados (de alto valor agregado, através

de multinacionais cujos lucros voltam para os países desenvolvidos), gerando um déficit comercial que prejudica o desenvolvimento do país (MESSARI, NOGUEIRA, 2005). Há três diferenças chave no caso Síria-Rojava, porém. A primeira delas, e mais óbvia, é que Síria e Rojava não são países diferentes, especialmente não durante o período em que as políticas anti-curdas foram executadas. A segunda, que segue a primeira, é de que a violência econômica é perpetuada por questões étnicas, e não de classe. A terceira, que novamente se conecta à anterior, é desse movimento ser realizado principalmente pela iniciativa pública, com empresas privadas sendo no máximo acessórios em um plano estatal de homogeneização. Apesar de não serem países diferentes, o povo curdo compõe uma “nação” no sentido político da palavra. A violência econômica é menos uma forma de buscar lucros, e mais uma forma de realizar limpeza étnica, por meio da precarização e assimilação da população curda. Para além das políticas anti-curdas, o governo de Hafez Al-Assad foi caracterizado por amplo controle estatal da economia e políticas de bem-estar social (entre os árabes, naturalmente). O pivô de seu filho, Bashar Al-Assad, para o neoliberalismo e a subsequente queda da qualidade de vida da população foram um dos motivos que levaram à Guerra Civil (KNAPP et al., 2016).

A longo prazo, um processo de paz e reconciliação com o governo sírio é a melhor chance que Rojava tem de conquistar a sua autonomia. O inimigo em comum, a Turquia, tem aproximado as duas facções em questões militares, mas o relacionamento é decididamente gélido nas questões diplomáticas. Julgando pelo exemplo do GRC, é possível que reconhecimento oficial só venha após o fim do governo de Assad. Até lá, Rojava deve seguir fazendo o que faz até hoje: resistir.

5 CONCLUSÃO

É impossível compreender a condição atual da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria sem entender o estado de fluxo em que ela se encontra. Esse estado de fluxo é político, social, geográfico, econômico e ontológico. Rojava é uma entidade que desafia simples caracterizações.

Os fluxos político e social se encontram na aparente contradição entre revolução e governo, quando um movimento suplanta uma estrutura antiga, e deve construir uma nova no lugar. É o confederalismo democrático, e sua forma nova e radical de estruturar uma sociedade, indo de encontro às realidades dos domínios tribais e de uma comunidade internacional com pouco interesse em compreender, muito menos aceitar tal novidade. Visto como um todo, a população não-curda se mostra geralmente ambivalente às metas revolucionárias do novo governo, apoiando-o principalmente pela proteção e os direitos que ele oferece, em comparação a outras alternativas (ALLSOP, WILGENBURG, 2019). Isso não significa que o processo revolucionário fracassou, necessariamente, apenas que uma cultura não pode mudar completamente em apenas uma década. É perfeitamente plausível que ao longo do tempo a população internalize o ethos revolucionário do confederalismo democrático. O fluxo se dá exatamente por não ser uma mudança binária, mas sim gradual. Para esse fim, e supostamente também buscando evitar a rejeição internacional, foi implantada a Administração Autônoma-Democrática, uma forma de governo “tradicional” para coexistir com o sistema de conselhos populares. Longe de ser necessariamente uma traição dos ideais formadores de Rojava, a AAD evidencia uma revolução incompleta. Novamente, um pensamento binário perde as nuances do objeto de estudo.

Dito isso, a Administração não se mostrar capaz de abandonar formas estabelecidas de governo, pois a sociedade que tenta revolucionarizar não está “pronta”, põe em xeque a ideia que a revolução foi realmente um movimento de base popular. Ao mesmo tempo, a adoção de uma posição intermediária neste período de

transição, de fluxo, serve também como uma refutação de acusações de “vanguardismo”¹¹, visto que o PYD se mostra indisposto a “forçar” tais mudanças.

Isso também pode ser explicado pelo fluxo geográfico. Áreas de habitação predominantemente curdas, especificamente os três cantões originais de Kobani, Afrin, e Jazira, onde os princípios do confederalismo democrático foram inicialmente testados, e onde houveram anos de educação política da população por ativistas, mostram um maior nível de adesão aos mecanismos de democracia direta. A Administração, porém, veio a ocupar uma área muito mais extensa do que os núcleos curdos, suas fronteiras atualmente atravessando o Rio Eufrates em certos pontos. Ao mesmo tempo, o conflito levou à perda de Afrin e de outras áreas do norte sírio. Em decorrência, foi anexado ao território um grande volume de pessoas que não haviam sido mobilizadas ou sequer tinham conhecimento desse movimento. Embora essas pessoas tenham, em geral, aceito o controle do seu território pela Administração, elas (ainda) não se mostram interessadas em envolver-se politicamente nas suas organizações. Ademais, como o conflito em Deir ez-Zor mostra, muitas dessas pessoas ainda apoiam suas formas de governo tradicionais ao invés da AANLS. Em outras palavras, o apoio popular para a revolução corresponde com o lugar onde a revolução construiu a sua base de apoio. Logo, a AAD serve como uma tentativa de integrar a população no sistema político, e expandir as bases do processo democrático ao invés de reduzi-lo.

Internacionalmente, Rojava ocupa uma posição única e precária. Longe de ter conquistado o apoio incondicional de duas grandes potências internacionais, Rojava conta com aliados recalcitrantes contra um inimigo que visa a sua destruição. Não obstante, o apoio dos EUA e da Rússia a mantém militarmente forte frente a outras ameaças internas e externas, enquanto ao mesmo tempo impede ações mais drásticas da Turquia. As narrativas que Rojava perpetua sobre si própria, como vimos, não são contraditórias, mas têm o objetivo de preservar esse tênue equilíbrio que permite à Administração tempo para se preparar para futuros embates e para reconstruir. O aspecto de “guerreiros anti-terrorismo” e “revolucionários socialistas” não são mutuamente exclusivos, mas possuem conotações respectivamente pró e

¹¹ Este termo diz respeito ao conceito de “partido de vanguarda”. Na teoria leninista, um movimento revolucionário deve ser liderado por um único partido formado de revolucionários profissionais, equipados para os desafios necessários inerentes a uma revolução (LENIN, 1902).

anti-Ocidente. Ambos são aspectos da existência de Rojava como sujeito das relações internacionais, e as narrativas que parecem contraditórias apenas enfatizam um ou outro (ou ambos em certos casos) para reforçar a imagem de Rojava como uma comunidade que luta bravamente pelo seu lugar no mundo.

A AANLS performa ambas as figuras simultaneamente. A ideia de que as duas ‘versões’ de Rojava são contraditórias é também uma narrativa, embasada em uma visão fundamentalmente Ocidental e eurocêntrica, internalizada até mesmo por movimentos de esquerda nessas partes do mundo. Nessa visão, todos os ‘inimigos’ do Ocidente são colocados em uma mesma massa uniforme, o “perverso” que se contrapõe ao “homem soberano” europeu liberal. Uma entidade política não-Ocidental, que reivindica os direitos humanos e luta contra o terrorismo, acaba por parecer contraditória ao também reivindicar um projeto socialista - uma ideologia inimiga do ocidente. Ainda assim, Rojava cultiva essa versão multifacetada de si própria. Propaganda, como todo discurso, serve um propósito, e a propaganda de Rojava é construída de maneira diferente dependendo da sua audiência em potencial.

Em um escopo local das relações internacionais, os desafios são claros, mas as soluções nebulosas. Rojava ao mesmo tempo que não reivindica o separatismo, recusa a render-se ao regime sírio. Ao leste, o Governo Regional do Curdistão tem um interesse econômico em se opor à AANLS e manter proximidade com Ankara. A agressão da Turquia ao norte pode ser um catalisador para uma reaproximação com o regime sírio, e talvez os princípios de um reconhecimento da autonomia de Rojava. Negociações de paz fracassaram em parte porque Rojava, uma das facções principais do conflito, foi recusada a participar. Caso seja possível realizar um acordo de paz bilateral entre Síria e Rojava, a absorção da Administração como parte integrante do território soberano sírio dificultaria ações militares turcas. Ao mesmo tempo, Rojava pode ser abandonada pelos seus patrocinadores internacionais, forçando-os a resistir por conta própria. Caso o contínuo embargo e atrito militar desestabilize Rojava, é possível que o regime tente tomá-la através da força. No momento, porém, as relações entre as duas entidades políticas permanecem estáveis.

Por fim, é importante uma última vez retomar o conceito da liminaridade de Rojava, de ser ao mesmo tempo um Estado e uma entidade não-estatal. É possível que

no futuro Rojava abandone suas aspirações anarquistas e adote completamente a estrutura de um Estado. Visões pessimistas da adoção da AAD seguem por esse caminho. As forças internas e internacionais para a adoção de um regime estatal, ambas já existentes no presente, as exigências de legitimidade e controle, levariam Rojava a institucionalizar uma forma de governar de Estado-nação. Esse processo já ocorreu em outras revoluções mas não é garantido. Paralelamente, e em oposição, há a possibilidade de uma realização plena dos ideais do confederalismo democrático, levando Rojava a se tornar realmente uma entidade não-estatal, um simples meio para o autogoverno de suas comunidades constituintes. Em ambas as situações, há o fim da ambiguidade que caracteriza Rojava no presente e ao longo de sua curta porém densa história. Ambos os casos, porém, também supõem um abandono dos discursos paralelos de Rojava, e um comprometimento com uma única performance.

No momento, Rojava permanece como é, uma figura única nas relações internacionais contemporâneas. Não se pode saber o futuro, mas no presente Rojava se mostra uma intrigante alternativa aos modos de governo moderno, e um desafio para o sistema internacional e seus estudiosos. Rojava traz a revolução socialista para o século XXI: midiática, propagandística, feminista, e emaranhada nas teias de alianças políticas, econômicas e militares de um mundo cada vez mais multipolar.

REFERÊNCIAS

ABDI, Mazloum. We're America's most loyal ally in Syria. Don't forget us. **The Washington Post**, Washington, 3 dez. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/12/03/mazloum-abdi-kurds-syria-turkey-threat/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ALLSOP, Harriet; WILGENBURG, Wladimir van. **The Kurds of Northern Syria: Governance, Diversity and Conflicts**. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2019.

BALANCHE, Fabrice. **Sectarianism In Syria's Civil War**. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 2018.

CHETERIAN, Vicken. Kurdish discontents are growing. **Le Monde Diplomatique**, Paris, abr. 2023. Disponível em: <https://mondediplo.com/2023/04/04kurds>. Acesso em 28 jan. 2024.

COUR, Mireille; HOND, Chris Den. O futuro suspenso de Rojava. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Edição 151, fev. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-futuro-suspenso-de-rojava/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ECO, Umberto. Ur-Fascism. **The New York Review of Books**, New York, 22 jun, 1995. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/1995/06/22/ur-fascism/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FORMAN, Rebecca *et al.* Another Crisis in The Sorrowland: COVID-19 in Northeast Syria. **Journal of Global Health**, Edinburgh, Volume 12, 2022. Disponível em: <https://jogh.org/wp-content/uploads/2022/08/jogh-12-03033.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GALVAN-ALVAREZ, Enrique. Rojava: a state subverted or reinvented?. **Postcolonial Studies**, Melbourne, Volume 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2020.1751910>. Acesso em 25 jan 2024.

KNAPP, Michael; FLACH, Anja; AYBOĞA, Ercan. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan**. London: Pluto Press, 2016.

LENIN, Vladimir. **What Is To Be Done?** Burning Questions of Our Movement. Marxists Internet Archive, 1902.

LISTER, Charles. A dangerous escalation in Syria's Deir ez-Zor. *In: Middle East Institute*. Washington, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://www.mei.edu/blog/dangerous-escalation-syrias-deir-ez-zor>. Acesso em: 28 jan. 2024.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro, Elsevier Editora Ltda., 2005.

ÖCALAN, Abdullah. **Democratic Confederalism**. London: Transmedia Publishing Ltd., 2011.

ÖCALAN, Abdullah. **Liberating Life: Woman's Revolution**. Cologne: International Initiative, 2013.

O'CONNOR, Tom. Syria's Assad Visits War Zone, Is 'Ready to Support Any Group That Resists' Turkey. **Newsweek**, New York, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.newsweek.com/syria-assad-war-zone-support-resists-1466980>. Acesso em: 28 jan. 2024.

OGUZ, Zeynep. Cavernous politics: Geopower, territory, and the Kurdish question in Turkey. **Political Geography**, Miami, Volume 85, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102331>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PENNETIER, Marine; IRISH, John. France could bolster Syria role in fight against Islamic State: source [sic]. **Reuters**, London, 30 mar. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-france/france-could-bolster-syria-role-in-fight-against-islamic-state-source-idUSKBN1H60RU/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PUTTICK, Miriam; AL-KAISI, Yomn; BILIKHODZE, Mariam. **Cultivating Chaos: Afrin after Operation Olive Branch**. London: The Ceasefire Centre for Civilian Rights, 2020.

REACH INITIATIVE. **Movement Intentions of IDPs in NES: An Analysis of Push Factors in Al-Hasakeh City**. Geneva, 2022.

STANICEK, Branislav. **Turkey's military operation in Syria and its impact on relations with the EU**. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2019.

SUNCA, Jan Yasin. The Revolution in Rojava and the International. *In*: HOLTGREVE, Sandra; PREUSS, Karlson; ALBERT, Mathias. **Envisioning the World: Mapping and Making the Global**. Bielefeld: Verlag, 2021.

SYRIAN NETWORK FOR HUMAN RIGHTS. **Most Notable Human Rights Violations in Syria in November 2023**. Damasco, 2023

TURNER, Lewis. The Politics of Labeling Refugee Men as “Vulnerable”. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, Oxford, Volume 28, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sp/jxz033>. Acesso em: 28 jan. 2024.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations: Sovereignty, Sexuality, And The Will To Power.** New York: Oxford University Press, 2016.